

Será usado para alavancar indústria nacional

“Não cedemos aos europeus poder de compra do governo”

“Não seremos condenados a eterno exportador de matéria prima”, diz Lula

O presidente Lula afirmou que o impasse com a União Europeia foi em torno das compras governamentais. “Compras governamentais é uma coisa para gente atender os interesses do governo, do fortalecimento da indústria e fazer com que as

nossas micro, pequenas e médias empresas cresçam”, disse o presidente. “É por isso que nós vamos voltar a colocar componente nacional, vamos voltar a fazer navio e vamos exigir, pelo menos, 65% de conteúdo nacional nas coisas fabricadas, para gerar emprego aqui dentro”, completou. **Página 3**

José Cruz - ABR



O presidente lançou na segunda-feira (11) o Plano Ruas Visíveis, para apoiar os moradores em situação de rua

HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.935 13 a 19 de Dezembro de 2023



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

PT pede o fim da “barbaridade dos juros altos e do austericídio fiscal”

Resolução do Diretório Nacional do PT denuncia a sabotagem do presidente do BC, Roberto Campos Neto, contra o desenvolvimento econômico por manter “a maior taxa de juros do planeta”. **Pág. 3**



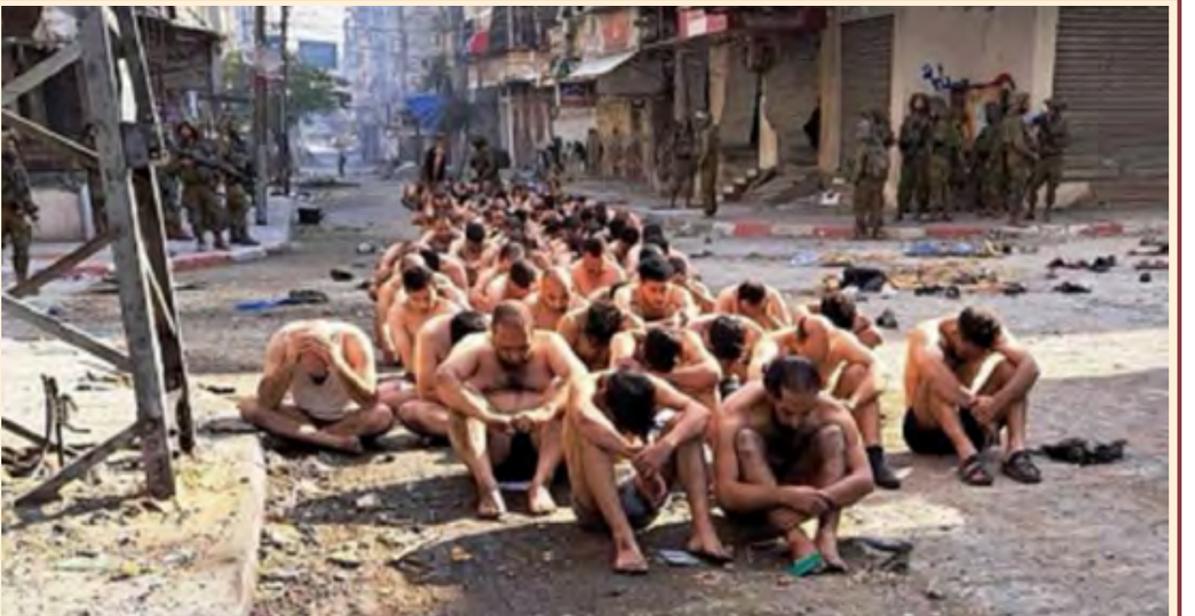
A afinidade de Zelensky e Milei
A Argentina assistiu ao abraço do nazi com o fascista. **Pág. 6**

“Entrar na Opep reacende debate da soberania sobre o petróleo”, diz Ido

Para o ex-diretor da Petrobrás, “decisão de Lula sobre OPEP faz retornar o sonho de Vargas do petróleo com soberania para construir um novo país”. Ele garante que a Constituição permite as mudanças que são necessárias. Leia a entrevista na **Página 2**

Salário mínimo ganha aumento merreca: R\$ 101

A ministra Simone Tebet, ao lado do ministro do déficit zero, Fernando Haddad, teve o constrangimento de avisar, que o salário mínimo terá 2,9% de aumento real. **Pág. 5**



Mais de 100 civis palestinos foram retirados de casa, despidos e mantidos na rua pela tropa de Netanyahu

Israel reproduz na Palestina a prática nazista contra civis

As tropas israelenses prenderam mais de 100 palestinos, incluindo um jornalista, os deixando sem roupa no meio da rua enquanto interrogavam cada um sob o pretexto de “verificar” quais eram

membros do Hamas, em Beit Lahia, na Faixa de Gaza. O portal The New Arab informou que um de seus jornalistas, Diaa Al-Kahlout, e familiares foram presos em uma das ruas da cidade. O caso ocorreu na

quinta-feira (7). Israel voltou a bombardear pesadamente a população civil no Norte da Faixa de Gaza. O embaixador palestino no Brasil, Ibrahim Al Zeben, estima em 60 mil o números de vítimas civis,

entre mortos e feridos, sendo 70% delas, mulheres e crianças. Com o agravante da destruição massiva de hospitais, da falta de água e medicamentos para uma população de 2 milhões de pessoas. **Páginas. 6 e 7**

Produção industrial no ano cai 1,5% em São Paulo

Ildo: Brasil na OPEP traz de volta debate da soberania sobre petróleo

Produção industrial paulista cai 1,5% no acumulado do ano

Estado responde por cerca de 33% da produção industrial nacional que ficou estagnada de janeiro a outubro

Em outubro, a produção industrial do Estado de São Paulo, que possui o maior parque industrial do país, variou em alta de 0,6%, após a queda de -0,1% registrada em setembro. No ano, a indústria paulista acumula um recuo de 1,5% e, frente a outubro do ano passado, está em -0,1% em baixa. Os números são da Pesquisa Industrial Mensal Regional, que foram divulgados nesta sexta-feira (8), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado do ano, 8 dos 18 locais pesquisados registraram resultados negativos, destaques para Ceará (-6,5%), Rio Grande do Sul (-4,5%) e Região Nordeste (-4,4%), Maranhão (-4,0%), Bahia (-3,4%), Santa Catarina (-2,1%), São Paulo (-1,5%) e Mato Grosso do Sul (-0,5%).

Em linhas gerais, a produção industrial brasileira ficou estagnada em outubro, ao variar em alta de 0,1% na comparação com o mês anterior (0%) e, tanto no acumulado no ano quanto na análise do acumulado em 12 meses a produção industrial registrou variação nula (0,0%). O parque industrial paulista corresponde por cerca de 33% da produção industrial nacional.

Juro elevado segura os investimentos e enfraquece o PIB, aponta economista

Queda de 2,5% na FBCF no terceiro trimestre deste ano “está mostrando que a capacidade produtiva não está se expandindo. Pior, está contraindo”, alerta Juliana Trece do Ibre/FGV

No terceiro trimestre de 2023, os investimentos recuaram -2,5% frente ao segundo trimestre deste ano, sendo o quarto trimestre consecutivo de queda no indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede a ampliação da capacidade produtiva por meio de investimentos em ativos fixos, como máquinas e equipamentos, por exemplo.

Em relação ao mesmo período do ano passado, os investimentos no país caíram -6,8%, o maior declínio por esse tipo de comparação desde o terceiro trimestre de 2020 – ano inicial da pandemia de Covid-19, em que os investimentos recuaram 8,8%.

“O quarto resultado negativo consecutivo para a Formação Bruta de Capital Fixo não é um bom sinal”, disse a economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), Juliana Trece, em reportagem do Valor Econômico. Segundo Trece, o resultado da FBCF “é o mais sensível de todo o PIB. É o que eu considero o mais preocupante porque está mostrando que a capacidade produtiva não está se expandindo. Pior, está contraindo”.

No terceiro trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) desacelerou, variando apenas 0,1%, em relação ao segundo trimestre deste ano (1%), segundo divulgou o IBGE, na terça-feira (5). No primeiro trimestre o

PIB cresceu 1,4%, em relação ao trimestre anterior.

“A principal razão realmente é a taxa de juros em patamar elevado”, apontou a pesquisadora do Ibre ao destacar que o recuo nos investimentos vem sendo puxado principalmente pelo segmento de máquinas. “Por mais que tenhamos iniciado um ciclo de corte, demora até isso atingir a atividade econômica e o nível ainda está muito alto, em dois dígitos”, observou Juliana Trece.

Na passagem do segundo para o terceiro trimestre, a Indústria de transformação ficou praticamente paralisada, ao variar apenas 0,1% frente ao trimestre anterior. No acumulado de janeiro a outubro deste ano, o setor acumula uma queda de -1,6% frente ao mesmo período de 2022, como destaca o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), ao analisar o resultado do PIB.

“Há a retração do investimento em muito derivada do ambiente interno de elevadas taxas de juros”, também criticou o Iedi, ao ressaltar que os investimentos acumulam uma queda de -2,5% no acumulado de janeiro a setembro, na comparação com o ano anterior.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/juro-alto-segura-investimentos-e-enfraquece-o-pib-apontam-economistas/>



Ildo Sauer, professor titular do IEE da USP e ex-diretor da Petrobrás

“A conta dos juros altos chegou para a construção civil”, afirmam empresários

“Quanto menor a taxa de investimento do país, maior a dificuldade do país em crescer de forma sustentada. Para a construção crescer, o Brasil precisa fortalecer a sua taxa de investimento”, avalia a economista da CBIC, Ieda Vasconcelos

Sob a influência dos juros altos, o setor da construção civil esta vendo suas expectativas de crescimento do início de 2023 em 2,5% desabarem para uma taxa negativa de 0,5%. Essa situação ocorre pela manutenção da política da diretoria do Banco Central (BC) de conter o crescimento econômico com a Selic, taxa básica de economia, nas alturas, no momento em 12,25% ao ano.

A previsão da entidade é que o setor crescerá 1,3% em 2024. Os dados foram divulgados durante coletiva de imprensa da Câmara Brasileira da Construção Civil (CBIC), realizada na sexta-feira (8).

A economista da CBIC Ieda Vasconcelos aponta que o resultado deste ano é atribuído ao impacto negativo dos juros altos. “Quando a economia de um país apresenta taxas de juros elevadas, é inevitável que isso tenha um custo, manifestando-se na desaceleração de diversos setores produtivos. A conta dos juros altos na economia chegou para a construção civil”, disse.

Noteciário trimestre deste ano o Produto Interno Bruto (PIB) ficou estagnado, variando apenas 0,1% em relação ao segundo trimestre. O PIB da construção recuou 3,8%, em relação ao trimestre anterior. O resultado é considerado o pior registrado pelo setor desde 2020.

Segundo levantamento da CBIC, no acumulado de quatro trimestres, a construção desacelerou suas atividades em relação aos últimos dois anos. Os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF), recuaram 2,5% no período. Ieda Vasconcelos alerta que a baixa taxa de investimentos (FBCF/PIB) no Brasil, de 16,6% no terceiro trimestre deste ano, causa preocupação. A queda das



Setor deve fechar o ano de 2023 com queda de 0,5%

atividades reflete a taxa de investimentos do país. “Quanto menor a taxa de investimento do país, maior a dificuldade do país em crescer de forma sustentada. Para a construção crescer, o Brasil precisa fortalecer a sua taxa de investimento”, disse. A taxa de investimentos do Brasil é inferior à média mundial.

“Quando nossa taxa está baixa, nossa população está desassistida”, arremata Renato Correios, presidente da CBIC. As carências do país em habitação, saneamento e infraestrutura ficam ainda maiores sem novas obras para atender essas necessidades.

A queda no poder aquisitivo da população impactou sobremaneira a caderneta de poupança (SBPE), uma das maiores fontes de financiamento da construção civil. De janeiro a outubro de 2023, o SBPE já perdeu cerca de R\$ 81 bilhões. Neste ano, o registro foi maior do que o ano de 2022 e 2021. “Mantendo o mesmo ritmo de perda de recursos observada de janeiro a outubro de 2023, a caderneta de poupança deverá encerrar o ano com perda de quase R\$ 100 bilhões”, alertou Ieda.

A CBIC indica, ainda, sobre os resultados de 2023, que desaceleração de pequenas obras e reformas como fator negativo para as atividades do setor. As vendas para esse segmento que estavam em alta desde a pandemia, não se repetiram neste ano. A perda de poder de compra das famílias de baixa renda pode ter sido um impedimento para esse fraco desempenho, pela importância desse segmento nesse tipo de obra. A demora no anúncio das novas condições do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, a incerteza do cenário macroeconômico também pesaram como fatores desfavoráveis.

A CBIC projeta um crescimento positivo para 2024, mesmo que modestos em 1,3%. Mais uma vez vai encontrar nas altas taxas de juros um forte obstáculo. As projeções do BC para a Selic em 2024 são de até o final do ano pode chegar a 9,25% ao ano. Pelo boletim Focus depois de 11 semanas seguidas em 9% após última reunião do Copom.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/a-conta-dos-juros-altos-chegou-para-a-construcao-civil-afirma-economista-da-cbic/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Corretoras: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Para o ex-diretor da Petrobrás, “decisão do presidente Lula sobre entrar na OPEP faz retornar o sonho de Vargas do petróleo com soberania para construir um novo país”. Ele garante que a Constituição permite as mudanças que são necessárias

A decisão do governo brasileiro de participar da OPEP+ reabre, segundo o professor Ildo Sauer, professor titular do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, “a discussão sobre o controle do ritmo de produção e a recuperação da soberania brasileira em relação distribuição mais justa das riquezas do petróleo”. As afirmações do especialista foram feitas na segunda-feira (4), em entrevista ao HP.

“Participar do grupo de produtores mundiais que é responsável por 40% do suprimento mundial de petróleo, e que defende a estabilidade dos preços dos combustíveis, coloca o Brasil num outro patamar geopolítico”, avalia Ildo Sauer. “E, ao mesmo tempo”, afirma, “torna crucial a discussão sobre o controle do ritmo de produção e a melhor distribuição e utilização das riquezas geradas pelo petróleo”.

Para o professor Sauer, “a associação com a OPEP+ exigirá uma reorganização do regime de produção e de acesso ao petróleo nacional”. Ele apoia a decisão do governo e destaca que ela tem a vantagem de trazer de volta o debate sobre os objetivos originais de quando a Petrobrás foi criada, na década de 1950, após a vigorosa campanha do “Petróleo é Nosso”. “Há que se ter”, segundo ele, “o controle sobre a produção e que o excedente econômico, criado a partir da exploração e a venda do petróleo, seja investido no desenvolvimento nacional”. Confira a entrevista na íntegra.

S.C.

HP: Qual o significado da decisão do governo de participar da OPEP+?

ILDO SAUER: O governo finalmente, depois de uma década, com o Brasil despondo com um novo papel geopolítico, com o petróleo brasileiro, decidi aceitar essa discussão. Isso é extremamente promissor. A decisão de Lula sobre OPEP faz retornar o sonho de Vargas do petróleo com soberania para construir um novo país.

A importância desta decisão sobre a OPEP+ é que ela força a reabertura da importante discussão sobre a soberania em relação ao ritmo de produção de petróleo. É a União, dona do petróleo, e não as empresas, que devem determinar o ritmo de produção. Mais do que isso, ela traz também à tona o debate sobre a distribuição da riqueza criada com a exploração e venda do petróleo. O objetivo da Petrobrás, quando ela foi criada na década de 1950, “foi gerar riqueza para o povo e não apenas para os especuladores das ações”.

Está na hora de refletir sobre este modelo. O modelo de partilha, que se propunha em substituição às concessões, se revelou, de longe, insuficiente. A grande virtude da lei de partilha é que ela permite a contratação direta da Petrobrás. Isso é possível no regime de partilha, mas com estilo de contrato de serviço. Todas as constituições brasileiras, inclusive o que veio depois da reforma de FHC, mantiveram que o petróleo e o subsolo são bens da nação.

A ideia de que o Brasil agora vai participar da OPEP+ é muito relevante, deve ser apoiada, porém isso exige uma reflexão para dentro. Porque quem participa da OPEP tem que ter o exercício do poder soberano do Estado nacional sobre a produção. No caso brasileiro, está na Constituição de que tem que haver o monopólio para a produção, transporte e refino. E também está na Constituição, a propriedade do povo sobre o bem do petróleo. E a legislação infraconstitucional foi feita de maneira enfiada e, lamentavelmente mantida,

mesmo diante do STF. Está ficando claro agora que será preciso tomar uma decisão de caráter estratégico em nome do povo brasileiro.

Nós sempre defendemos que a partir do momento em que o Brasil se tornou um exportador relevante, a partir de 2005, quando a autossuficiência foi confirmada, mas com o enorme potencial a partir da consolidação e divulgação pública, em 2007, do pré-sal, que já estava de conhecimento interno a partir de 2006, que uma nova visão geopolítica deveria ser estruturada no Brasil. Primeiro, quantificar e conhecer quais os volumes dos recursos disponíveis no Brasil, segundo, mudar o regime de organização da exploração e produção e da apropriação do excedente do petróleo.

HP: O que você propõe?

ILDO SAUER: Acho que agora é a hora de mobilizar a população, realizar debates públicos e esclarecer finalmente, a exemplo do que aconteceu na década de 40 e 50, quando o “petróleo era nosso”. O petróleo é nosso voltou! Agora em escala internacional e precisamos retomar uma campanha naquele espírito. Agora é muito mais fácil. Naquela época os painéis chegavam no lombo de burros nos confins do Brasil e a população brasileira foi capaz de se mobilizar em todos os quadrantes, professores, industriais, pessoal do comércio, trabalhadores acima de tudo, enfim havia uma mobilização nacional na esperança de que o petróleo poderia incrementar a produtividade e mudar a estrutura de produção no Brasil.

Agora, que estamos com esse desafio nos ombros, eu estou muito otimista. Acho que podemos agora ampliar o debate. Ele está na agenda, ele está na mesa. Falta garantir que o povo, que acreditou quando o petróleo era esperança, agora exerça a sua soberania sobre o petróleo que “é nosso”.

HP: Temos que voltar do regime de concessão e partilha para o regime de contratação? Por que isso é fundamental?

ILDO SAUER: Porque, se o Brasil quer ser um participante relevante na escala internacional, ele deve ter a capacidade, como os demais membros da OPEP, de ter o monopólio absoluto somente com contratos de serviços onde o governo tem a última palavra para exercer a soberania. O que está na Constituição brasileira. Isso é importante porque se ignora que a legislação infraconstitucional alterou o espírito da própria Constituição. Fez uma metamorfose.

Na concessão, enquanto o petróleo está abaixo do solo, ele pertence à União, quando ele aflora, ele é do concessionário. Na partilha, depois de produzido o petróleo, uma parte vai para o Estado, outra parte vai para o contratante da partilha, o executor da produção. Mas, evidentemente, que o governo federal não pode estocar esse petróleo, desde que aflorou, ele tem que ser colocado no mercado, convertido em recurso financeiro.

O regime de serviços permite que o governo federal exerça, em nome do povo brasileiro, a soberania. Permite que ele participe de forma eficaz de entendimentos com países exportadores de petróleo, de forma a manter o petróleo em preço elevado, porque há uma grande disputa há muito tempo, entre os países importadores, que são majoritariamente os da OCDE, os países mais ricos e também a China e marginalmente a Índia, que têm interesse de ter cada vez mais acesso a petróleo a preço mais barato, e os produtores.

Leia a entrevista na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/decisao-de-e/>

www.horadopovo.com.br



Presidente participou do evento do PT: “Brasil precisa se libertar da barbaridade dos juros altos e do austericídio fiscal”

O Diretório Nacional do PT aprovou, na sexta-feira (8), uma resolução que denuncia a sabotagem do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, contra o desenvolvimento econômico por manter “a maior taxa de juros do planeta, sem que haja nenhuma justificativa plausível para essa barbaridade”.

“Não faz nenhum sentido a pressão por arrocho fiscal exercida pelo comando do BC [Banco Central], rentistas e seus porta-vozes na mídia e no mercado. O Brasil precisa se libertar, urgentemente, da ditadura do BC ‘independente’ e do austericídio fiscal, ou não teremos como responder às necessidades do país”, afirma a direção do partido.

O presidente Lula já bateu de frente com Roberto Campos Neto, que foi indicado para presidir o BC por Jair Bolsonaro, e denunciou a política de juros altos. Apesar da redução de 1,5 ponto no juro, o Brasil continua tendo a maior taxa do planeta.

Na resolução, o PT destaca políticas do governo federal, como a retomada do Minha Casa Minha Vida, financiamentos e investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobrás e redução do preço dos combustíveis, tendo como resultado a queda da inflação e o crescimento do PIB em 3%.

“O PIB só não foi maior por causa da deletéria política de juros do Banco Central ‘independente’”, diz o documento.

“Para que essa trajetória de crescimento econômico se confirme e amplie nos próximos anos, é essencial superarmos a trava imposta pela política monetária da direção do Banco Central”, continua.

“A política de juros contracionista foi derrotada nas urnas em 2022, mas sobrevive como um prolongamento do governo anterior, sabotando o crescimento, a retomada do crédito e dos investimentos que o país precisa e em condições de realizar num ambiente de racionalidade”, aponta o Diretório Nacional.

Para a direção do PT, “é necessário um esforço conjunto, de nossos dirigentes e ministros, dos nossos aliados na política e na sociedade, para levar à população o conteúdo político-transformador das mudanças e da reconstrução do país”.

“O cenário que herdamos de um des-governo ultraliberal e de extrema-direita permanece desafiador, especialmente em relação à necessária retomada do crescimento econômico, mas é inegável que caminhamos em direção a um país melhor e mais justo”, conclui a legenda.

DEMOCRACIA

Ainda na resolução, o PT afirma que a tentativa de um golpe bolsonarista no dia 8 de janeiro foi uma resposta aos “inequívocos sinais de mudança” da eleição de Lula e “foi a segunda derrota dos extremistas antidemocráticos, em seguida às eleições”.

O partido ressalta a “necessidade de responsabilizar e punir, de maneira firme e pedagógica, os comandantes políticos do golpismo, civis ou militares, a começar por Jair Bolsonaro, para que nunca mais voltem a ameaçar a democracia”.

“É nossa tarefa participar ativamente das eleições municipais de 2024, fazendo o embate contra a extrema-direita, para reeleger e aumentar as prefeituras em que estamos hoje, além de ampliar expressivamente nossa base de vereadores e vereadoras”, comunicou a direção para a militância.

“Nós não cedemos nas compras do governo”, diz Lula sobre a UE

Valter Campanato/Agência Brasil



Presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o presidente Lula durante evento do partido Para Celso Amorim, acordo com União Europeia “oferece pouco e exige muito”

O assessor especial da Presidência da República, Celso Amorim, afirmou nesta segunda-feira (4) que o acordo comercial entre o Mercosul e União Europeia (UE) “oferece pouco” e “exige muito” do bloco sul-americano.

“O que o acordo nos oferece é pouco, em termos dos produtos do nosso interesse, e o que se exige da gente é muito. Fica apenas a questão: vale a pena ter um acordo de livre comércio, ainda que não seja o ideal, só por ter?”, questionou Celso Amorim, em entrevista ao Valor Econômico.

Celso Amorim disse, ainda, que não se surpreendeu com a negativa do presidente da França, Emmanuel Macron, ao acordo comercial entre os blocos, uma negociação que já vem sendo costurada há mais de duas décadas.

“Era uma coisa de se esperar. Agora, é uma questão de julgamento, né? E os julgamentos variam muito de acordo com o interesse dos grupos. Aqueles poucos setores que vão ter alguma vantagem, acham que tem que ter o acordo. Tem outros que acham que tem que ter o acordo só porque é um selo de qualidade. Isso é uma bobagem, na minha opinião”, comentou.

O assessor especial da Presidência também defendeu que a sociedade brasileira deve ser ouvida.

“É óbvio que, histo-

ricamente, nós tratamos esse acordo como estratégico, em termos de equilíbrio global”, observou Amorim. “Mas a Europa de hoje não é a mesma Europa de quando nós começamos a fazer o acordo. Até que nesse ponto a França é dos mais independentes, mas muitos outros não. Então, eu vejo assim. Vamos ouvir agora a sociedade brasileira também, quer dizer, aquela parte da sociedade que não é ouvida, não é ouvida pelo valor tampouco. Tem de ser ouvidos os pequenos agricultores, enfim, os sindicatos, saber como eles estão vivendo essa questão”, defendeu o assessor especial da Presidência.

Celso Amorim também foi questionado sobre a disputa entre a Venezuela e a Guiana envolvendo o território chamado Essequibo. No último domingo, os venezuelanos aprovaram, por meio de um plebiscito, a proposta do governo Maduro para criar um novo estado em Essequibo, a região atualmente controlada pela Guiana. O contencioso entre os países por Essequibo já existe há décadas, mas reacendeu com a descoberta e a exploração de petróleo na região.

“E uma reivindicação histórica da Venezuela”, lembrou Amorim. “Não vou entrar no mérito, mas está lá dormente. Até no período do Chávez ficou dormente. O Chávez fez até a Petrocaribe. A Guiana participava da Petrocaribe. Por que isso está sendo ressuscitado dessa forma agora é uma matéria de interpretação, mas eu acho perigoso”, asseverou.

“O fato real é que havia outras coisas que estavam predominando na agenda da Venezuela, questões ligadas ao processo eleitoral, etc”, constatou. “E isso passou a dominar. Então, isso talvez para ele tenha sido um ganho. O problema é que o ganho interno pode se tornar um problema externo sério”, avaliou Amorim.

“Para nós, no projeto de integração da América do Sul, complica. Nós queremos ter boas relações com ambos, com a Venezuela e com a Guiana. E a Guiana também pode vir a tomar medidas que não nos interessam. Por exemplo, chamar tropas de outros países para ajudá-la na eventualidade de uma invasão. Isso também não é positivo”, disse Amorim.

Sobre a declaração do presidente Lula de que a relação com Israel está complicada, Amorim disse que “a relação de Netanyahu com o mundo inteiro está complicada”. “Até nos Estados Unidos, tem largos setores, tanto à esquerda quanto à direita, que criticam o comportamento de Netanyahu”, disse Amorim, defendendo que a solução é aceitar a existência de um Estado Palestino.

“Compras governamentais’ é uma coisa para gente atender os interesses do governo, do fortalecimento da indústria e fazer com que as nossas micro, pequenas e médias empresas cresçam”

O presidente Lula afirmou, na noite desta sexta-feira (8), que o impasse com a União Europeia foi em torno das compras governamentais. “E por isso que nós não fizemos acordo com a União Europeia, porque a gente não quer ceder em compras governamentais”, disse ele, durante encontro com militantes do PT.

“Não queremos acordos que nos condenem ao eterno papel de exportadores de matérias-primas, minérios e petróleo”, afirmou Lula em recente reunião do Mercosul.

“Compras governamentais é uma coisa para gente atender os interesses do governo, do fortalecimento da indústria e fazer com que as nossas micro, pequenas e médias empresas cresçam”, acrescentou o presidente. “E por isso que nós vamos voltar a colocar componente nacional, vamos voltar a fazer navio e vamos exigir, pelo menos, 65% de conteúdo nacional nas coisas fabricadas, para gerar emprego aqui dentro”, prosseguiu.

Lula já vem há algum tempo denunciando a pressão dos europeus para entrar nas compras governamentais brasileiras. A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR), defendeu a posição de Lula. “Não dá para só os países da América do Sul cederem”, disse ela. “O tempo da colônia já passou”, acrescentou.

PF descarta ligação com grupo Hezbollah e a Justiça liberta dois brasileiros presos

A Polícia Federal concluiu que os dois homens presos em novembro não tinham nenhuma ligação com qualquer plano terrorista e pediu sua soltura. A Justiça Federal já acatou o pedido, libertando-os na terça-feira (5).

Os dois, um de origem libanesa e outro de origem síria, foram apontados como possíveis terroristas pelo FBI, polícia dos Estados Unidos. A Polícia Federal também os investigava desde dezembro de 2022.

Depois da prisão, com a deflagração da Operação Trapiche, em 8 de novembro, e de 30 dias de investigação, a PF

Em entrevista coletiva na Bélgica, no meio do ano, Lula disse que vários países usam as compras governamentais como instrumento de desenvolvimento interno e o Brasil também vai fazer isso. “As compras governamentais são um instrumento de desenvolvimento interno. Os Estados Unidos fazem isso. A Europa faz isso. A Alemanha faz isso. E o Brasil tem o direito de fazer isso”.

“No caso do Mercosul, nós temos interesse em ter a possibilidade de recuperar a possibilidade de nos reindustrializar. Ou seja, por isso que nós fazemos a exigência de reindustrialização para que a gente possa poder ser exportador de manufaturados, de coisas com maior valor agregado, gerar empregos mais qualificados. Por isso é que nós não abrimos mão das compras governamentais”, destacou Lula.

O assessor especial da Presidência da República, Celso Amorim, afirmou que o acordo comercial entre o Mercosul e União Europeia (UE) “oferece pouco” e “exige muito” do bloco sul-americano. “O que o acordo nos oferece é pouco, em termos dos produtos do nosso interesse, e o que se exige da gente é muito. Fica apenas a questão: vale a pena ter um acordo de livre comércio, ainda que não seja o ideal, só por ter?”, questionou Celso Amorim, em entrevista ao Valor Econômico.

não encontrou nenhuma evidência de ligação entre eles e o grupo libanês Hezbollah ou com planejamento de atentados terroristas no Brasil.

A Operação Trapiche também realizou mandados de prisão contra outras pessoas e mandados de busca e apreensão.

O Ministério Público Federal (MPF) também pediu a soltura dos dois presos, posição que foi seguida pela juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, da 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte.

Outros suspeitos investigados estão no exterior e são considerados foragidos.

Deputado Orlando Silva defende que Braskem “e responsáveis sejam punidos exemplarmente”

Divulgação

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que a catástrofe causada pela Braskem em Maceió é “um descalabro ambiental” e pediu que “a empresa e os responsáveis sejam punidos exemplarmente”.

Em suas redes sociais, o parlamentar repercutiu a reportagem do jornal Folha de S.Paulo mostrando que a Braskem omitiu para o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL) o risco de colapso de uma das minas.

“O caso Braskem é mais um descalabro ambiental feito por empresas predadoras, que só pensam no lucro fácil, mesmo às custas de vidas e sonhos. Que a empresa e os responsáveis sejam punidos exemplarmente!”, publicou Orlando em suas redes sociais.

O IMA-AL autuou a Braskem em mais de R\$ 72 milhões pelos danos ambientais e risco de desabamento da mina 18, no bairro do Mutange, na capital de Alagoas.

Uma multa de R\$ 2 milhões foi aplicada “pela omissão de informações sobre a obstrução da cavidade da mina 18, detectada no dia 7 de novembro, quando a empresa realizou o exame de sonar prévio para o início do seu preenchimento, em desconformidade com a Licença de Operação”.

Neste exame sonar, a Braskem identificou alterações nas condições da mina, mas a empresa optou por não informar o IMA-AL.

Em 2019, quando começaram os tremores em Maceió por conta das minas operadas pela Braskem, a empresa foi obrigada a se comprometer a fechar as



Deputado Orlando Silva (PCdoB) minas e preencher as cavidades para evitar desabamento.

Tremores na região da mina 18 foram registrados a partir do dia 6 de novembro. O solo do bairro do Mutange chegou a afundar 5 centímetros por hora.

RENAN FILHO

O ministro dos Transportes, Renan Filho, que governou o Estado de Alagoas, afirmou que a empresa deve ser responsabilizada judicialmente pelo “crime ambiental” na capital alagoana. Renan Filho foi enviado a Maceió para acompanhar o caso.

Para o ministro, “a Braskem precisa ser responsabilizada civil e criminalmente pelo crime ambiental em Maceió, garantindo a reparação aos danos materiais e ambientais causados aos maceioenses”.

O ministro lembrou que quando foi governador (2015-2022) não aceitou fazer um acordo com a empresa, porque ninguém poderia saber a extensão do dano.

Além da Abin, governos estaduais aliados de Bolsonaro usaram programa espião israelense

Os governos de nove Estados fecharam contratos milionários com a empresa israelense de equipamentos de espionagem, Cognyte, desde 2017. Os valores somam pelo menos R\$ 57 milhões.

Apenas em Goiás, o governador bolsonarista Ronaldo Caiado pagou R\$ 7,6 milhões para rastrear 10 mil aparelhos celulares entre 2020 e 2022, por meio do sistema First Mile.

O software First Mile, vendido pela Cognyte, é capaz de identificar a localização de qualquer aparelho celular através das antenas de telefonia.

No entanto, o governo de Goiás colocou sob sigilo todos os documentos referentes à contratação.

A Agência Pública entrou com pedidos através da Lei de Acesso à Informação (LAI), mas receberam como resposta que os documentos são “reservados”.

O uso da First Mile pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo Bolsonaro está sendo investigado. A agência era dirigida por Alexandre Ramagem, hoje deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro. Os indícios apontam que o antigo governo usava a ferramenta israelense para espionar adversários políticos, advogados e lideranças sindicais.

Alguns meses depois que o governo de Ronaldo Caiado contratou a Cognyte, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) fez o mesmo, pagando R\$

5 milhões para a empresa de espionagem. A PRF era chefiada por Silvinei Vasques, aliado de Jair Bolsonaro, que foi preso por tentar atrapalhar as eleições presidenciais em 2022.

Segundo a Agência Pública, além de Goiás, os Estados do Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Espírito Santo e Alagoas também firmaram contratos com a Cognyte desde 2017. O mesmo ocorreu com setores das Forças Armadas.

Os contratos não se limitam à First Mile, mas a falta de informações e transparência por parte dos governos estaduais não permite que a população saiba qual tipo de serviço está sendo contratado.

Mais 30 fascistas, réus por tentativa de golpe, serão julgados pelo STF no dia 15

O STF (Supremo Tribunal Federal) agendou para a próxima quinta-feira (15) o julgamento de mais 30 ações penais contra acusados de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro.

Os casos serão julgados em plenário virtual. Isso significa que não haverá debates em plenário. Os magistrados depositam os respectivos votos por meio eletrônico. A defesa se manifesta também virtualmente.

O prazo final para análise é até dia 5 de fevereiro, caso não haja pedido de vista — que suspende a análise —, ou de destaque, que leva o caso para o plenário físico, presencial. Os ministros irão

avaliar as denúncias apresentadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República). Ademais, cada acusado será julgado individualmente.

As denúncias apresentadas pela PGR são:

- associação criminosa armada;
- abolição violenta do Estado Democrático de Direito;
- deterioração de patrimônio tombado;
- golpe de Estado; e
- dano qualificado.

CONDENADOS

Desde setembro, o Supremo já condenou 30 acusados de envolvimento nas invasões que depredaram a sede dos Três Poderes. As penas alternam de 3 a 17 anos de prisão, em regime fechado.

Engenheiro Amauri Pollachi repudia autorização da Alesp para privatização da Sabesp:

“Câmara de S. Paulo será fundamental para barrar a privatização da Sabesp”

Membro da Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp classifica privatização como um “cheque em branco” que Tarcísio está dando ao mercado

Na última terça-feira (09), a base de Tarcísio de Freitas na Assembleia Legislativa de São Paulo conseguiu aprovar, em meio à violenta repressão contra os que se opunham ao projeto, a autorização para que o governo dê início à privatização da Sabesp.

Na iminência da aprovação do projeto de lei 1.501/2023, a Hora do Povo conversou com o conselheiro da Engenharia pela Democracia Amauri Pollachi, que também é diretor de Relações Externas da APU (Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp), sobre proposta, que é classificada por ele como um “cheque em branco” que Tarcísio está dando ao mercado.

“Não existe nenhum parâmetro estabelecido nesse projeto de lei. Ele é bastante vago, tem poucas diretrizes – sequer o valor da empresa está estabelecido”, criticou Amauri.

O engenheiro aponta um cenário pós-privatização que pode levar à dissolução da Sabesp e, segundo o especialista, as cidades que são clientes da estatal, em especial a capital paulista, terão papel fundamental para barrar a privatização.

Leia a entrevista:

HP: O senhor tem falado que o projeto de privatização da Sabesp é um “cheque em branco” do governo de São Paulo ao mercado. Por quê?

Amauri Pollachi: É um cheque em branco porque não existe nenhum parâmetro estabelecido nesse projeto de lei. Ele é bastante vago, tem poucas diretrizes – sequer o valor da empresa está estabelecido. Eu creio que devido à pressão, a urgência – o governador quer finalizar esse processo antes do início do período eleitoral, no próximo ano, – e o faz apresentando um projeto de lei que não tem um conteúdo capaz de oferecer elementos para que os deputados opinem a respeito com números, com informações mais adequadas.

HP: Poderia detalhar mais um pouco esse aspecto?

Amauri Pollachi: Vou dar um exemplo: foi colocado aí que o governo do estado terá entre 15% a 30% das ações da Sabesp. Hoje ele tem 50,3% – e que ficará com 15% a 30% das ações. Ora, é um conjunto muito grande. Não está definido quem vai ficar com 15%, 20%, 30%...

Coloca também que iria ter uma ação preferencial para vetar três questões: mudança de nome da empresa. A Sabesp tem uma marca muito forte no mercado. Ela é reconhecida, a população tem um reconhecimento positivo – mais de 80%. A mais recente pesquisa de avaliação da Sabesp indicou que 83% da população atendida pela empresa está satisfeita com os serviços prestados. Então ela tem uma marca reconhecida. Óbvio, quem vier a controlar a empresa não vai trocar o seu nome.

HP: E os outros vetos, quais seriam?

Amauri Pollachi: O segundo é veto que o governo diz que poderia fazer é sobre a mudança de atividade da empresa, ou seja, ela deixar de trabalhar com saneamento. Será que a Sabesp vai criar gado, vai ser uma agropecuária (risos)? É ridículo isso!

O terceiro veto que o governo poderá colocar é sobre o número máximo de votos que pode haver no conselho de administração. É claro que quem colocar – estamos estimando aí um valor da ordem de R\$ 30 bilhões de reais no negócio da Sabesp, ele não vai colocar se ele não tiver um retorno financeiro.

HP: E por isso que é também uma peça de ficção, como o senhor vem apontando?

Sem dúvida. É uma peça de ficção todo o conjunto da obra. Não só o projeto de lei, mas tudo que é feito como alegação. Por exemplo, se coloca – isso não está no projeto de lei, – que se a Sabesp não for privatizada, daqui a 15 anos os contratos vão acabar, acabam os prazos de validade dos contratos e a Sabesp vai acabando aos poucos. É mentira! Por quê? Porque a Empresa Estatal Paranaense de Saneamento – a Sanepar – renegociou contratos com os municípios onde ela presta serviços estendendo os prazos desses contratos até 2048, ou seja, mais de 25 anos, e a empresa continua estatal e não há intenção do governo paranaense em vendê-la. Então, a Sabesp pode sim ter continuidade como estatal.

HP: E quais os outros aspectos que corroboram o que o senhor vem falando?

Amauri Pollachi: Outra mentira é dizer que a tarifa vai baixar. Todos os lugares onde houve privatização desse serviço

as tarifas aumentaram acima da inflação. A gente tem o exemplo em Campo Grande, há 10 anos privatizada, a tarifa é hoje 172% maior que a tarifa da Sabesp. A CEDAE, no Rio de Janeiro, 102% maior que a tarifa da Sabesp. A prática mostra o contrário. Eu acho que se a gente fizer uma analogia com produções de Hollywood, essa condução do governo de Tarcísio de Freitas, eu diria que esse roteiro de privatização sem base na realidade, é uma peça de ficção de filme B, de baixa categoria. Só que você ver a um filme B e pode sair no meio da sessão do filme, né? Mas esse filme B, de baixa categoria, poderá levar milhões de pessoas para um futuro despótico, sem água.

HP: Quais as chances de reverter juridicamente a privatização que está às vias de ser aprovada?

Amauri Pollachi: Existe uma frente jurídica com várias ações. Infelizmente o Tribunal de Justiça de São Paulo não deu provimento a várias ações. Há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, temos uma expectativa positiva de tramitação dessa ADI e também tem essa questão da inconstitucionalidade desse projeto de lei por conta, vamos assim dizer, de desobedecer aquilo que está na Constituição Estadual.

Como se deu entrada em um questionamento desse tipo no Tribunal de Justiça, a primeira sentença ali foi: “olha, o projeto não está aprovado, portanto não tem sentido agir, conceder uma liminar enquanto o projeto não for aprovado”. Ora, se o projeto for aprovado aí muda-se completamente a figura. É um espaço consumado, uma lei sancionada, e daí pode ser questionada a sua constitucionalidade com toda a veemência possível. É claro que existe toda uma série de fragilidades legais que esse processo adotou, em vários aspectos e tudo isso vai ser questionado. Também haverá um questionamento nos municípios, porque são 365 municípios.

HP: E como se daria a movimentação dessa frente de municípios?

Amauri Pollachi: Nós temos observado o apoio à manutenção da Sabesp pública na maior parte desses municípios. E eu diria que principalmente municípios de grande porte, que são responsáveis pela maior parte da receita da Sabesp. São cerca de 10 a 12. Haverá sim embate forte nas Câmaras Municipais, o que precisaria ver também cada município, a aprovação de um projeto de lei autorizando o Poder Executivo municipal a contratar uma empresa privada, o que pode levar até à extinção ou a algo como o fracionamento da Sabesp. Ou seja, um conjunto de municípios, saindo da empresa porque o Estado está rasgando, de certa forma, um contrato que firmou com o município.

HP: Uma vez privatizada a Sabesp, os municípios poderiam usar da prerrogativa de contratar uma empresa privada para atuar no saneamento?

Amauri Pollachi: A maior parte dos contratos tem uma cláusula que diz o seguinte: se a empresa for privatizada, o contrato está nulo, está extinto. Portanto, se o Estado privatizar (a Sabesp), não é motivo do município o contrato estar sendo extinto. E aí nessa hora o município, pode, efetivamente, sair da empresa, fazer um acerto de contas ou passar a administrar por si mesmo o serviço de saneamento ou contratar outra empresa para fazer o serviço. O que pode levar, isso sim, a destruição da Sabesp.

HP: A Câmara de Vereadores de São Paulo, até agora, não deu o aval à privatização da Sabesp. Que peso ela tem nessa questão?

Amauri Pollachi: Até o momento existe uma Comissão Especial na Câmara Municipal de São Paulo, eu inclusive participei, como convidado dessa comissão – ela tem um prazo – provavelmente vai se arrastar até fevereiro ou março do ano que vem, pelo andar dos trabalhos. E eu acredito que a Câmara Municipal de São Paulo vai ter um papel preponderante em todo esse processo. E praticamente metade. São Paulo e capital respondem por praticamente a metade da receita da Sabesp. E a gente tem uma expectativa de lutar pela manutenção do saneamento público, município a município.

Vai ser uma luta de guerrilha, já que estou falando para a Hora do Povo (risos).

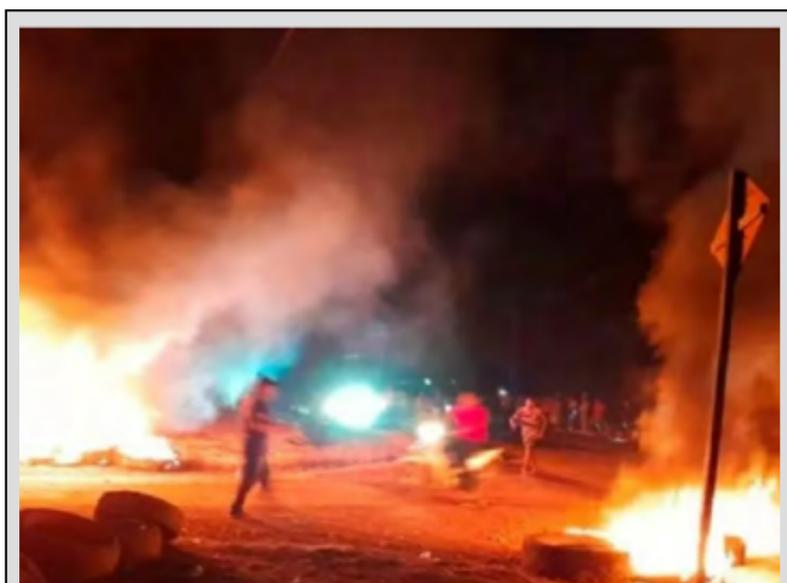
JOSI SOUSA



Policiais reprimiram brutalmente os manifestantes que protestavam contra a privatização da Sabesp na Assembleia Legislativa de São Paulo



Manifestantes agredidos na Alesp foram presos e denunciados pela polícia



“Infelizmente a tragédia é muito maior do que a gente imaginava”

Tragédia em instalação da G5 Internet causou a morte de nove pessoas em acampamento do MST

Uma tragédia provocada durante a instalação de uma rede de telefonia na cidade de Parauapebas, no Pará, matou ao menos nove trabalhadores rurais do assentamento Terra e Liberdade, do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), e três funcionários da empresa. Até o momento, 37 pessoas foram socorridas, algumas com queimaduras e outras por terem inalado muita fumaça, mas já foram liberadas.

Segundo o MST, até agora, a empresa G5 Internet não deu nenhuma assistência aos moradores. “Ainda não temos contato direto com a empresa e ela também ainda não nos procurou”.

Conforme informações da direção do MST, a empresa de telefonia ofereceu serviços a alguns acampados e a instalação se estendeu durante toda a tarde de sábado (9). Ao anoitecer, mesmo sendo alertados pelos moradores das condições inadequadas para realizar o trabalho devido ao horário avançado, os operadores seguiram com a instalação.

Na última parte do

serviço, por volta de 20h, ao tentar fixar uma antena, o equipamento entrou em contato com a rede de alta tensão de energia elétrica, o que provocou uma explosão e, em seguida, incendiou toda a fiação de internet. Alguns barracos pegaram fogo e foram totalmente destruídos pelas chamas, e a cerca que faz a circunferência dos assentados também pegou fogo.

“Quando chegou a noite, os moradores pediram que interrompessem o trabalho e voltassem ao trabalho no outro dia, mas eles não pararam. Eles estavam completamente desprotegidos, só tinham a escada como recurso. Em uma habitação de resistência, temporária, houve uma combinação vulnerável a ocorrer a situação”, disse Beatriz Luz, integrante da direção estadual do MST.

Pablo Neri, também integrante da direção nacional do MST, afirma que “o que aconteceu de fato é que uma empresa de internet na metodologia por meta, com o mínimo de padrão e segurança, colocou em risco a vida de seus trabalhadores e provocou essa tragédia”.

Os Bombeiros e o Samu

foram acionados pela coordenação do MST. Segundo o Corpo de Bombeiros, o fogo foi totalmente controlado. A situação é acompanhada pela Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (Semsi), por meio da Defesa Civil de Parauapebas, o Instituto Médico Legal (IML), o Corpo de Bombeiros e as polícias Militar e Civil.

Em nota, a direção do movimento declara ainda todo apoio às famílias “que seguem na permanência da luta pela terra e melhores condições dignas de vida no campo”.

“Infelizmente a tragédia é muito maior do que a gente imaginava. São pelo menos nove mortos, mas ainda podem ser encontradas mais pessoas porque a corrente de energia se espalhou pela seca, e já encontramos pessoas em vários lugares do acampamento. É muito triste”, disse o prefeito de Parauapebas, Darci José Lermen.

De acordo com dados do Inera, mil famílias estão acampadas no local, de forma temporária, totalizando cerca de 2.500 pessoas.



Vereador Werner, de Santa Maria

“O mundo precisa se levantar pelo cessar-fogo em Gaza e Netanyahu tem que ser julgado”, diz Werner Rempel

O vereador Werner Rempel (PCdoB) defendeu na tribuna da Câmara de Vereadores de Santa Maria o imediato fim dos ataques israelenses em Gaza e denunciou o genocídio perpetrado pelos sionistas contra o povo palestino. No seu discurso, o vereador, que também é médico, apresentou os dados oficiais das Nações Unidas sobre os bombardeios de Israel, que já mataram mais de 16 mil pessoas, a maioria, mulheres e crianças e defendeu que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, responda pelos crimes cometidos contra os palestinos.

Abaixo publicamos a síntese do discurso de Werner:

“Senhor presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores. Eu quero declarar antecipadamente que não sou antisemita, não sou contra o povo judeu. Tenho contradições profundas e irreconciliáveis com o sionismo, com a prática de Netanyahu. Conheço legiões de pessoas judias que são contra o que está acontecendo e que já faz muito tempo não querem aquele facinora no poder. Sentem-se inclusive constrangidos pelo fato de ele estar lá.

“Até o presente momento e com a escalada até agora, nós temos 16.200 mortos do lado palestino. Desse 16.200 mortos, 7.112 são crianças. Crianças que vão dormir e acordam, quando ainda conseguem acordar, com bombas caindo sobre seus telhados. 4.881 são mulheres, já faleceram 311 médicos e paramédicos e 81 jornalistas. Até o presente momento estão computadas 7.600 pessoas desaparecidas, que não estão computadas entre os mortos, e dessas desaparecidas a maioria, 70%, 80% são crianças.

“Eu quero que vossas excelências imaginem, só por um instante, crianças nos escombros. Sem poder ser retiradas. Morrendo a míngua o tempo todo. Dezoito dos 36 hospitais foram destruídos. Apenas três existem ainda no norte, o hospital de Al-Ahli no norte é o único do país que trata traumas e está em precárias condições. Os civis estão sendo implacavelmente bombardeados e o caos está instalado.

“Sabem, vossas excelências, que quando a situação fica ruim, fica terrível, quando acontece o que está acontecendo em Gaza agora, porque a invasão por terra piorou a situação, as pessoas estão procurando comida, água, potável que não existe, qualquer água para beber nas ruas de Gaza. Não tem assistência médica, não tem insumo nos hospitais e a ofensiva continua”

“O Hamas deu o pretexto para que isso acontecesse. Mas está muito claro que o plano o tempo inteiro é remover 2,3 milhões de pessoas para fora de Gaza. Para o Egito. Para ocupar aquela área, não tem outra justificativa. O genocídio acontecendo dessa forma.

“Imaginem o quadro, estou tentando pintar o quadro. Cinco escolas da ONU bombardeadas de uma só vez, cinco escolas da ONU, alvos planejados, execuções acontecendo, execuções, sai na rua, sua casa é bombardeada, sai na rua é alvejado por tiros. Genocídio, execuções. 70% das casas e prédios no chão.

“Com a invasão por terra, a ajuda humanitária cessou, não tem mais como fazer, há risco para quem chegar lá. Eles estão empurrando 1,8 milhões de palestinos para uma área menor que o aeroporto de Londres. Para o sul.

“Conseguem perceber o que vai dar nisso? E as bombas que estão sendo usadas são de fabricação norte-americana. Isso não é uma novidade.

“O marco zero disso tudo não é o dia 7 de outubro, com a maldita ação do Hamas. Não é 7 de outubro. Isso vem de muito tempo, quando as terras daquelas regiões foram divididas. A ONU imaginou que haveria metade para cada povo. Hoje, os palestinos não têm 5% da área, 10 vezes menor do que a ONU imaginou para devolver aos judeus uma pátria.

“Venho a essa tribuna porque fico horrorizado com o que está acontecendo de imaginar que a falta de humanidade chegou a tal ponto.

“Eu tenho um neto de 6 anos, alguns outros aqui tem netos, tem gente que tem filho pequeno. Imaginem os seus filhos e netos, nos escombros gritando por ajuda, morrendo de fome e de sede, nos escombros, porque como acontece nos terremotos, as crianças geralmente estão entre sobreviventes porque são menores, um pequeno espaço a salva, não é que nem um adulto grande em que cai alguma coisa em cima da perna, fratura e morre de outra forma.

“Isso chegou ao cúmulo dos cúmulos. O mundo precisa se levantar e dizer que o cessar fogo tem que ser permanente e essa pessoa chamada Netanyahu tem que ser julgada.

“Mais uma vez eu quero declarar, porque tenho amigos judeus, amigos que são referências para mim: não sou anti-semita. Sou anti-sionista! Essa política racista, etnocida, que quer varrer do mapa um povo inteiro que está lá há três, quatro mil anos. São incapazes de conviver.

“As manifestações dos judeus nos Estados Unidos, na Europa, em tudo que é lugar, são pelo cessar-fogo, não são a favor disso, e essa gente sequer dá ouvidos ao que a ONU determina. Vai votar no Conselho de Segurança para que haja alguma solução, tem dois votos contrários, claro, o de Israel e o dos Estados Unidos, com o poder de veto, isso precisa terminar. Nós não podemos continuar com essa chaga acontecendo. Me dói profundamente que no ano de 2023 a gente ainda viva um tempo tão selvagem, tão anti-humano, dessa forma”, concluiu Werner, aplaudido pela sessão em Santa Maria.

'Brecar o rolo compressor que ameaça o saneamento público', defendem engenheiros de SP

Publicamos, a seguir, artigo de Murilo Pinheiro, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (Seesp) e da Federação Nacional da categoria (FNE):

Entrou em pauta nesta segunda-feira (4/12), em sessão extraordinária da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o projeto de lei que prevê a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A medida, como se sabe, está eivada de equívocos, em forma e conteúdo.

Em primeiro lugar, como já demonstrado exaustivamente, não há qualquer razão para que o governo estadual abra mão do controle da empresa, tendo em vista sua absoluta relevância à saúde pública. Além disso, a companhia, que teve lucro de R\$ 3 bilhões em 2022, tem sistematicamente gerado bons resultados e ganhos aos seus acionistas privados e ao Estado.

Modelo no setor, a Sabesp tem desempenho exemplar, com índice de 100% de abastecimento de água nos 372 municípios em que opera, somando 28,4 milhões de pessoas. Quanto a esgotamento sanitário, a coleta alcança 90% e deste montante, 77% com tratamento. A expectativa é atingir a universalização até 2030, antecipando em três anos o prazo determinado pela Lei 14.026/2020.

Aspecto crucial na atuação da Sabesp pela universalização é o mecanismo do subsídio cruzado que permite levar o serviço aos municípios menores sem encarecer a tarifa, praticando valores similares aos de lugares mais populosos, portanto, mais rentáveis. Tal desenho será descartado se a gestão do saneamento básico for vista como negócio, já que as empresas que assumirem as concessões terão interesse apenas nos setores considerados lucrativos. Essa previsão é confirmada por exemplos em diversas partes do mundo, onde o saneamento vem sendo reestatizado após experiências ruins de elevação de tarifas e queda na qualidade.

É essencial que essas questões sejam levadas aos prefeitos dos municípios paulistas atendidos pela Sabesp e também daqueles que podem vir a conceder os seus serviços de saneamento à companhia. A consulta popular realizada pelos sindicatos dos trabalhadores da empresa apontou quase unanimidade contrária à desestatização. O governo e a Alesp devem ter a disposição de ouvir oficial e efetivamente a sociedade sobre a medida que terá drásticas consequências para os paulistas.

Não tem, portanto, qualquer sentido tentar aprovar às pressas um projeto de lei que tem todo o potencial de ser judicializado. Um dos pontos controversos é o questionamento sobre a forma adotada, pois a privatização da Sabesp deveria se dar, se fosse o caso, em Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC), e não em simples PL. Além disso, o poder concedente no saneamento continua a ser prerrogativa dos municípios, que podem encerrar seus contratos com a companhia em caso de privatização.

A vista muita confusão e precariedade no atendimento à população. A pergunta que não cala é por qual razão o governo pretende tumultuar o setor que hoje funciona perfeitamente.

É preciso e urgente unir forças para brecar o rolo compressor que ameaça atropelar o saneamento público no Estado de São Paulo sem qualquer motivo razoável.

Murilo Pinheiro

Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo (Seesp) e da Federação Nacional da categoria (FNE)

Em assembleia, servidores da Receita Federal rejeitam proposta do governo e mantêm greve

Os auditores fiscais da Receita rejeitaram a proposta de remuneração apresentada pelo governo federal para a implementação do bônus de eficiência, e decidiram manter a greve da categoria, que já dura duas semanas.

Em assembleia na terça-feira (5), com a presença de cerca de 5.500 auditores, 95% dos votantes negaram o acordo proposto pelo governo para implementação do bônus de maneira parcelada: R\$ 4.500 a R\$ 5.000, em 2024; entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000, em 2025; e de R\$ 11 mil a partir de 2026. O bônus dependeria do atingimento de metas definidas pelo governo.

A bonificação está prevista em lei, conforme acordo feito em 2016, que foi regulamentada esse ano por decreto do governo Federal. "O problema é fazer um corte no programa, independentemente do atingimento das metas ou não. Foram autorizados mais R\$ 700 milhões no Orçamento, mas a lei previa R\$ 2 bilhões", afirma Isac Moreno, presidente

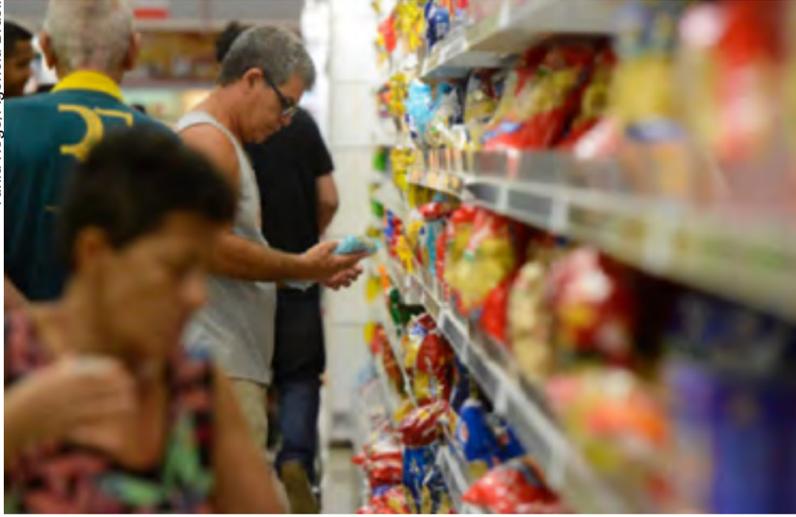
do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindicato).

De acordo com o Sindicato, além do irrisório incremento no próximo ano, o governo não deu garantias formais de que a proposta seria cumprida nos anos seguintes, o que representaria a sujeição dos valores destinados ao bônus à disponibilidade orçamentária.

A opção da assembleia pela rejeição foi encaminhada pela Direção Nacional, Comando Nacional de Mobilização (CNM) e Mesa Diretora do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), ao secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas.

A paralisação dos auditores da Receita ameaça os julgamentos do Carf (conselho de recursos dos contribuintes), e coloca em xeque mais de R\$ 90 bilhões em processos no momento, além do acúmulo de encomendas nos galpões de aeroportos e filas de caminhões em portos e fronteiras do país.

Salário mínimo vai aumentar a 'merreca' de 101 reais em 2024



Salário mínimo terá a reposição da inflação mais 2,9% de aumento real



'Luta contra privatização da Sabesp continua na Câmara Municipal e na Justiça', afirma sindicato

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, com repressão da PM sobre manifestantes e sem a presença da oposição, a matéria que autoriza a entrega da Sabesp ao capital privado, na última quarta-feira (6).

Em entrevista ao HP, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema), José Faggian, condenou o processo da sessão, marcada por violência e atitude antidemocrática. "Durante uma sessão lamentável que apreciava e tentava votar o projeto de lei que autoriza a privatização da Sabesp, o presidente da Alesp, André do Prado (PL), mandou a Polícia Militar esvaziar as galerias e agredir os manifestantes, os espectadores, que de maneira pacífica se manifestavam no plenário contra o projeto de lei", disse.

"Atendendo a ordem do governador, depois da carnificina, das agressões e de expulsar de maneira brutal, inclusive ferindo e prendendo muitos manifestantes, o presidente da Alesp retomou a sessão sem a participação dos deputados da oposição e votou e aprovou o projeto de lei que autoriza a privatização da Sabesp. Nós entendemos que, isso por si só já é uma afronta à democracia, que essa sessão não deveria ser retomada da maneira como foi", completou.

Faggian explica que, no entendimento do Sintaema, a autorização para privatização do saneamento não poderia ser feita por meio de um PL, e sim uma mudança na Constituição Estadual. "Continuamos questionando

na Justiça que não poderia ser um PL, teria que ser uma PEC, um Projeto de Emenda Constitucional. Então, nós temos já na Justiça várias ações de inconstitucionalidade, inclusive uma delas sobre essa situação da necessidade de ser PEC e não poder ser um PL", afirmou.

Enquanto Tarcísio busca locupletar os lucros do setor privado, nas duas últimas décadas, diversas cidades mundo afora como Berlim, Paris, Buenos Aires e outras centenas de cidades, principalmente na Europa, fizeram o movimento contrário e reestatizaram seus serviços de saneamento e voltaram a gerir seus sistemas de água e esgoto por causa de aumentos sistemáticos no valor da conta e investimentos insuficientes da iniciativa privada, provocando queda na qualidade dos serviços prestados.

Faggian alertou que a luta contra a entrega do saneamento ainda não acabou. "Vamos continuar mobilizados porque, mesmo que essa vitória parcial aconteça e de fato se consolide a aprovação desse PL, nós temos agora a luta junto às câmaras municipais de São Paulo. Isso porque o poder concedente do serviço de saneamento é municipal e os prefeitos e câmaras de vereadores vão ter que opinar sobre o projeto de privatização, principalmente a Câmara Municipal de São Paulo", explicou.

"Hoje existe na Câmara Municipal uma comissão de estudos que estuda os impactos da privatização da Sabesp no município de São Paulo que, inclusive, é responsável por quase metade da arrecadação da empresa. Então, nós acreditamos que a Câmara Mu-

nicipal, não só de São Paulo, mas principalmente a de São Paulo, cumpre um papel fundamental. Porque se os municípios não concordarem com o processo de privatização, a privatização não acontecerá. O projeto foi aprovado, mas ainda tem algumas etapas que a gente acredita que pode-se derrubar esse processo de privatização", continuou.

O presidente do Sintaema ressalta que, apesar de, no momento, a matéria ter sido aprovada, ela apenas autoriza a venda das ações e que a mobilização unitária dos trabalhadores e entidades que compõem a Campanha contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM continuará.

"Não significa necessariamente que a privatização vá acontecer. Vamos continuar em luta, conversando com os prefeitos, com as câmaras de vereadores, fazendo a luta jurídica, a luta política. Principalmente uma luta coletiva, conjunta e unitária com as outras categorias do estado que também estão sendo atacadas, porque o governador não quer apenas vender a Sabesp, ele tem um projeto de Estado mínimo, de privatização de tudo que for possível no estado de São Paulo e da entrega do patrimônio do povo paulista. Neste pacote estão inseridos: a CPTM, o Metrô, a EMAE e outras empresas públicas estão para serem privatizadas, além da retirada de recursos da educação. Então, o povo, a classe trabalhadora de São Paulo, vai continuar lutando unidos contra esse projeto, em especial, neste momento, contra o de privatização da Sabesp", concluiu José Faggian.

Com aumento real e tudo, mínimo passará de R\$ 1.320,00 para R\$ 1.421,00 ano que vem

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, ao lado do ministro do déficit zero, Fernando Haddad, teve o constrangimento de avisar, nesta última terça-feira, que o salário mínimo, com aumento real e tudo, em 2024, será de R\$ 1.421,00. Atualmente, o seu valor é de R\$ 1.320,00. Serão R\$ 101,00 de aumento, descontada a inflação, 2,9% de aumento real. Nesse passo, os economistas do HP projetam que o mínimo vai chegar aos R\$ 6.578,00 (que a Constituição determina e calculado pelo DIEESE), no próximo milênio.

Uma política de valorização do salário mínimo, com o horizonte constitucional, significa aumento da demanda de bens para a indústria de transformação, com a ocupação imediata da capacidade ociosa (por exemplo, 40% na indústria têxtil), que, por sua vez, significa mais empregos. O aumento real do salário mínimo é uma alavanca para o crescimento do PIB (soma de tudo produzido no país).

DESPERDÍCIO

O dinheiro que a Previdência deveria gastar no pagamento de um aumento real mais substantivo – a Previdência paga o salário mínimo a 22 milhões de aposentados – está sendo desperdiçado, há pelo menos sete anos (a farra começou no governo Dilma), na liberação da contribuição para Previdência, 20% da folha de pagamento, de dezessete setores, incluindo cartéis como das montadoras. Os mais modestos avaliam que o Estado perde, pelo menos, meio trilhão de reais de arrecadação por ano, sem absolutamente nenhuma contrapartida, e, se não tem sido efetiva no aquecimento da atividade econômica, certamente parcela expressiva dessa renúncia vai parar na especulação. Esses recursos liberados seriam suficientes para um plano

de valorização do mínimo até o final do mandato.

O fato é que em vez de uma vigorosa marcha a Brasília (como é tradição no movimento sindical) pelo aumento real do salário mínimo, com horizonte na determinação constitucional, o que aconteceu foi um apoio desajeitado de sindicalistas, dando crédito a argumentos chantagistas, veiculados no cartel da mídia pelas entidades patronais, de demissão de um milhão de trabalhadores, conferindo credibilidade à cruzada para derrubar o veto do presidente Lula à liberação da contribuição para a Previdência.

HERANÇA MALDITA

O país continua patinando nas armadilhas neoliberais deixadas por Guedes e Bolsonaro. O Banco Central é controlado por um bolsonarista, banqueiro, neoliberal e assaltante do Tesouro Nacional. Perderam a eleição, mas ficaram com a chave do cofre. Nos últimos doze meses, todo esforço nacional, todo trabalho produtivo foi desviado em pagar aos banqueiros especuladores e parasitas em geral, com as maiores taxas de juros do mundo, 12,25%, a importância de R\$ 720,6 bilhões, o dobro da soma dos orçamentos da Saúde, da Educação e do Bolsa Família. Sobrou quase nada para o investimento público, para a reindustrialização do país, para melhorar as condições de vida do povo, na Educação, Saúde e Segurança e na reindustrialização.

O desastre econômico ronda o país; no trimestre que fechou em setembro, os investimentos em máquinas e equipamentos (Formação Bruta de Capital Fixo) caíram 2,5%. Foi o quarto trimestre consecutivo em queda. A indústria de transformação acumula uma queda de 1,6%. O tempo urge.

CARLOS PEREIRA



Servidores federais convocam ato nacional para exigir do governo proposta de reajuste

Os servidores públicos federais estão convocando paralisação e um ato nacional pelo reajuste salarial, na próxima terça-feira, dia 12 de dezembro, das 14h às 16h, com transmissão ao vivo pelo canal do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado) e no Youtube.

A mobilização é para pressionar o governo a apresentar uma nova proposta para o reajuste dos servidores na próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, convocada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para o dia 18 de dezembro. Essa será a última reunião da Mesa

de Negociação este ano.

As entidades querem que o governo avance nos pontos da pauta de reivindicações e apresente uma proposta efetiva de reajuste para 2024. Segundo o Fonacate, "os servidores vão cruzar os braços, desligar os computadores e realizar atos na frente dos órgãos públicos". "O governo vai protelar a decisão sobre recomposição salarial para meados de 2024" e "a hora de reagir é agora!", avalia o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Até o momento, a reserva orçamentária do governo para a correção salarial dos servidores é de apenas R\$ 1,5 bilhão, o que chegaria a menos de 1% de reajuste em 2024.



Milei anuncia arrocho e estagnação e que a Argentina vai piorar com ele



Fascista Milei faz festa para o camisa preta Zelensky, marionete da Otan

Tropas de extermínio israelenses perpetram prisão em massa em Beit Lahia, Faixa de Gaza

As tropas israelenses prenderam mais de 100 palestinos, incluindo um jornalista, os deixando sem roupa no meio da rua enquanto interrogavam cada um para “verificar” quais eram membros do Hamas, em Beit Lahia, Faixa de Gaza.

O portal The New Arab informou que um de seus jornalistas, Diaa Al-Kahlout, e familiares foram presos em uma das ruas da cidade. O caso ocorreu na quinta-feira (7).

“Al-Kahlout estava entre dezenas dos moradores de Gaza presos pelas forças israelenses, foram forçados a tirar as roupas e foram revistados e humilhados antes de serem levados para um local desconhecido, de acordo com relatos de testemunhas oculares”, afirmou o The New Arab.

O jornal disse que não tem contato com Diaa Al-Kahlout desde pouco antes de sua prisão. A irmã do jornalista contou que ele foi forçado, sob a mira de uma arma, a deixar sua filha de sete anos.

Alguns dos presos já foram liberados, mas não se sabe o paradeiro de outros, como Diaa Al-Kahlout.

O jornalista Alan Fisher, da Al Jazeera, conversou com testemunhas e ouviu que entre os presos estava “um estudante, o dono de uma loja local” e outros moradores do bairro.

Familiares reconheceram nas imagens crianças de 13 anos entre os detidos, que tiveram que ficar sem roupa e ajoelhados. Até mesmo trabalhadores da ONU foram identificados, mas não houve confirmação da agência.

Outras fotos mostram que os soldados israelenses renderam dezenas de homens e os deixaram somente de cueca e



O ultraje: nazistas despem civis palestinos e os interrogam com uma venda sobre os olhos.

Em matéria divulgada pelo jornal Haaretz, Hagari, porta-voz da força israelense se contradiz ao afirmar primeiro que “dezenas de elementos do Hamas se renderam” e ao final de sua declaração que os detidos tiveram “foram interrogados e tiveram documentos investigados”, para localizar os que pertenciam aos quadros do Hamas.

A organização de direitos humanos Euro-Mediterranean Human Rights Monitor, sediada na Suíça, ouviu de testemunhas que o Exército de Israel assassinou pessoas que se recusaram a se despir e a “cumprir as ordens humilhantes do exército”.

O presidente do movimento United Voices for America, Ahmed Bedier, falou que essa é uma forma “de humilhar; é uma guerra psicológica, destinada a quebrar o povo palestino e dizê-lhe que nenhum lugar é seguro, incluindo abrigos”.

Outra organização que atua em defesa dos direitos humanos, com sede na palestina Cisjordânia, a Al-Haq, também denunciou o caso. O diretor da organização, Shawan Jabarin, disse que “isso é desumano, equivale a tortura e, mais do que isso, é um crime de guerra e um crime

contra a humanidade”.

Nas redes sociais, o tratamento dado pelo Exército de Benjamin Netanyahu tem sido comparado com o das tropas de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. Em dois meses, Israel já assassinou mais de 17 mil palestinos, sendo que cerca de 7 mil eram crianças. Pelo menos 63 jornalistas foram mortos, três estão desaparecidos e 19 foram presos por Israel, de acordo com o Comitê para a Proteção de Jornalistas.

Além disso, mais de 3 mil palestinos foram presos por Israel na Cisjordânia e em Jerusalém oriental.

O Escritório de Direitos Humanos da ONU declarou que a prisão em massa de palestinos e os maus-tratos dos detidos devem ser investigados.

“O crescimento massivo do número de palestinos presos e detidos, o número de relatos de maus tratos e humilhação sofridas por aqueles que estão em custódia e a falha relatada em aderir ao devido processo básico levanta sérias questões sobre o cumprimento por parte de Israel das leis humanitárias internacionais e dos direitos humanos”, afirmou a ONU.

Filho de Biden e suas fraudes da Ucrânia pós-golpe de Estado até a sonegação nos EUA

Promotores federais dos EUA realizaram 9 novas acusações em ação judicial contra o filho do presidente Joe Biden, Hunter, por crimes incluindo a não apresentação e pagamento de impostos e declarações fiscais falsas ou fraudulentas, além de compras ilegais de armas, informou a mídia local citando documentos judiciais. Se condenado, ele pode pegar até 17 anos de prisão, segundo o Departamento de Justiça dos EUA.

“O réu se envolveu em um esquema de quatro anos para não pagar pelo menos US\$ 1,4 milhão [R\$ 6,88 milhões] em impostos federais no período de 2016 a 2019”, assinala o documento apresentado em um tribunal federal na Califórnia, na quinta-feira (7). Ainda conforme o relatório, Hunter Biden teria, em algum momento, utilizado até declarações falsas.

A acusação alega que o filho de Biden “gastou milhões de dólares em um estilo de vida extravagante, em vez de pagar os seus impostos”. Sonegou impostos enquanto recebia milhões de dólares, revela o documento.

A acusação foi conduzida pelo promotor especial David Weiss, o mesmo que já apresentou uma primeira acusação contra o filho de Joe Biden em meados deste ano por três questões relacionadas à compra



Acusações contra Hunter Biden se avolumam e posse de armas, o que é ilegal quando se trata de uma pessoa que, como ele, é viciada em drogas, e que adquiriu em 2018.

De acordo com as acusações, Hunter Biden gastou enormes somas “em drogas, garotas de programa, hotéis luxuosos e propriedades de aluguel, carros exóticos, roupas e outros itens pessoais”. O filho de Joe Biden caracterizou grande parte dessas atividades como despesas empresariais.

As novas acusações representam um ponto de virada numa longa investigação sobre a conduta fiscal de Hunter, que estava em fase de resolução em julho passado num acordo entre os procuradores e a defesa, juntamente com outro acordo envolvendo crimes de posse ilegal de armas.

Ambos os acordos foram questionados pela avaliação de um juiz federal e, em setembro, o promotor especial David Weiss imputou a Hunter três acusações no caso de porte de arma que se somaram às fiscais.

Entre 2016 e 15 de outubro de 2020, segundo o documento Hunter Biden recebeu mais de US\$ 7 milhões (R\$ 34,3 milhões) em receita bruta total por ações não públicas.

O relatório também afirma que a Burisma, empresa de gás natural sediada na Ucrânia foi fonte de altas somas de corrupção. Em 2014, depois do golpe contra o presidente legítimo, Yanukovich, instalou-se no poder uma junta de feição nazista.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Palestinos deixam seus lares em Gaza O genocídio em Gaza e a “única democracia” do Oriente Médio

“Estes trágicos acontecimentos levantam, mais uma vez, o enigma: como podem o Ocidente e o Norte Global afirmar que este projeto violento é levado a cabo pela única democracia no Médio Oriente?”

ILAN PAPPE*

É bem possível que os primeiros pensadores e líderes do movimento sionista, lá no final do século 19 na Europa, imaginassem, ou pelo menos esperassem, que a Palestina era uma terra vazia e, se havia pessoas lá, eram tribos nômades sem raízes que, em essência, não habitavam a terra.

Se assim fosse, muito possivelmente os refugiados judeus que se dirigiam àquela terra vazia teriam construído uma sociedade próspera e, talvez, teriam encontrado uma maneira de evitar a polarização do mundo árabe.

O que sabemos, de fato, é que muitos dos primeiros arquitetos do sionismo estavam perfeitamente cientes do fato de que a Palestina não era uma terra vazia.

Esses arquitetos do sionismo eram racistas e orientalistas demais, como o resto da Europa, para perceber o quão progressista era a sociedade palestina em relação àquele período, com uma elite urbana educada e politizada e uma comunidade rural vivendo em paz dentro de um verdadeiro sistema de convivência e solidariedade.

A sociedade palestina estava no limiar da modernidade – como tantas outras sociedades da região; uma mistura de herança tradicional e novas ideias. Esta teria sido a base para uma identidade nacional e uma visão de liberdade e independência naquela mesma terra que habitaram durante séculos.

Os sionistas certamente sabiam de antemão que a Palestina era a terra dos palestinos, mas eles viam a população nativa como um obstáculo demográfico, que tinha que ser removido para que o projeto sionista de construir um Estado judeu na Palestina tivesse sucesso.

Foi assim que a frase sionista “A Questão da Palestina” ou “O Problema da Palestina” entrou no léxico da política mundial.

Aos olhos da liderança sionista, esse “problema” só poderia ser resolvido deslocando os palestinos e substituindo-os por imigrantes judeus.

Além disso, a Palestina teve que ser arrancada do mundo árabe e construída como um posto de frente, servindo às aspirações do imperialismo ocidental e do colonialismo de tomar o Oriente Médio como um todo.

Tudo começou com Homa e Migdal – literalmente, um muro e uma torre de vigia.

MURO E TORRE DE VIGIA

Esses dois elementos foram vistos como os marcos mais importantes no “retorno” judaico à terra supostamente vazia, e ainda estão presentes em todos os assentamentos sionistas até hoje.

Na época, as aldeias palestinas não tinham muros ou torres de vigia, e ainda não os têm hoje.

As pessoas entravam e saíam livremente, apreciando a vista das aldeias ao longo da estrada, bem como a comida e a água disponíveis para cada transeunte.

Os assentamentos sionistas, ao contrário, guardavam religiosamente seus pomares e campos e percebiam qualquer um que os tocasse como ladrões e terroristas. É por isso que, desde o início, eles não construíram habitats humanos normais, mas bastiões com muros e torres de vigia – borrando a diferença entre civis e soldados na comunidade de colonos.

Por um breve momento, os assentamentos sionistas ganharam o elogio dos movimentos socialistas e comunistas em todo o mundo, simplesmente porque eram lugares onde o comunismo foi experimentado sem sucesso e fanaticamente. A natureza desses assentamentos, no entanto, nos diz, desde o início, o que o sionismo significou para a terra e seu povo.

Quem veio como sionista, seja esperando encontrar uma terra vazia, ou determinado a torná-la uma terra vazia, foi convocado para uma sociedade militar de colonos que só poderia implementar o sonho da terra vazia por pura força.

A população nativa recusou a oferta de, nas palavras de Theodor Herzl, ser “levada embora” para outros países.

Apesar da enorme decepção com a retirada britânica de suas promessas iniciais de respeitar o direito de autodeterminação de todos os povos árabes, os palestinos ainda esperavam que o Império os protegesse do projeto sionista de substituição e deslocamento.

Na década de 1930, os líderes da comunidade palestina entenderam que esse não seria o caso. Portanto, eles se rebelaram, apenas para serem brutalmente esmagados pelo Império que deveria protegê-los, de acordo com o “Mandato” que recebeu da Liga das Nações.

O Império também ficou de braços cruzados quando o movimento de colonos perpetrou uma enorme operação de limpeza étnica em 1948, resultando na expulsão de metade da população nativa durante a Nakba.

Após a Catástrofe, no entanto, a Palestina ainda estava cheia de palestinos, e os expulsos se recusaram a aceitar qualquer outra identidade e lutaram por seu retorno, como fazem até hoje.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

*Ilan Pappé é professor da Universidade de Exeter. Foi professor na Universidade de Haifa. É autor de *A Limpeza Étnica da Palestina, O Oriente Médio Moderno, Uma História da Palestina Moderna: Uma Terra, Dois Povos e Dez Mitos sobre Israel*. Pappé é descrito como um dos “Novos Historiadores” de Israel que, desde a divulgação de documentos pertinentes do governo britânico e israelense no início dos anos 1980, vêm reescrevendo a história da criação de Israel em 1948. Este texto foi escrito para *The Palestine Chronicle*. Publicado originalmente sob o título “Um muro e uma torre de vigia: por que Israel está falhando?”. Tradução: Hora do Povo

Na posse, Milei reconhece que vai baixar um “ajuste fiscal” e que isso impactará de forma negativa empregos e salários e, de quebra, exalta o exterminador de indígenas Julio Roca

“Não há alternativa ao ajuste. Não há alternativa ao choque. Naturalmente, isso terá um impacto negativo no nível de atividade, no emprego, nos salários reais, no número de pobres e indigentes. Haverá estagnação”, afirmou o fascista Javier Milei, ao ser empossado presidente da Argentina neste domingo (10).

Sob aplausos dos ex-presidentes adeptos do entreguismo em favor dos EUA, Jair Bolsonaro (2019-2022) e Mauricio Macri (2015-2019) e ainda do marionete da Otan na Ucrânia, Zelensky, disse que a data de sua posse representava um marco em que o país “decreta o fim da noite populista”, que “abraçou as ideias empobrecedoras do coletivismo” por meio do Kirchnerismo.

Tais práticas, segundo as colocações desvaloradas de Milei, são malélicas pois “os planos antipobreza geram mais pobreza”, tornando necessária a política de privatização/desnacionalização de empresas como da Aerolíneas Argentinas (que teve um lucro anual superior aos US\$ 30 milhões).

MERCADO LIVRE

Sobre a necessidade de ter “os mercados livres de intervenção estatal”, e da entrega de setores estratégicos como o lítio ao estrangeiro, já havia se comprometido publicamente na semana anterior com o bilionário Elon Musk, dono entre outras da Tesla, X (ex-Twitter), SpaceX e Neuralink. O mesmo bilionário a quem se refere como “um ícone da liberdade no mundo” é aquele que, de olho no lítio boliviano, declarou “vamos dar golpe em quem quisermos”, sustentando sua ação na derrubada do então presidente Evo Morales, em 2019.

“Embora Elon não possa comparecer à cerimônia de transição, combinamos de manter contato para que no próximo ano ele visite a Argentina e possamos continuar fortalecendo laços e trabalhando juntos”, publicou Milei.

Diferente da acolhida do novo presidente argentino, a Justiça boliviana condenou a golpista Jeanine Áñez a dez anos de prisão “por resoluções contrárias à Constituição e por violação de deveres”.

“SITUAÇÃO IRÁ PIORAR”

“Sabemos que no curto prazo a situação irá piorar”, declarou Milei, acrescentando que por isso “gostaria de trazer uma frase muito importante e notável de um dos melhores presidentes da Argentina, que foi Julio Argentino Roca: ‘Nada de grande, nada de estável e duradouro é alcançado no mundo quando se trata da liberdade dos homens e da gratidão das pessoas, se não for à custa de esforços supremos e sacrifícios dolorosos’”.

EXTERMINIO

Milei esqueceu que que homens, mulheres e crianças estava se referindo. Pois o genocida Julio Argentino Roca foi o responsável pela denominada “Campanha do deserto”, que comandou o extermínio dos povos originários de etnia ma-lar. De forma direta e avassaladora, se calcula que entre 1878 e 1885, a campanha assassinou 20

mil indígenas, deslocando as tribos sobreviventes para as zonas mais distantes e estereis da Patagônia.

A projeção é que feitos prisioneiros, cerca de três mil indígenas foram enviados à força para Buenos Aires, onde foram separados por sexo a fim de “não procriarem”. As mulheres foram distribuídas pelos bairros da cidade, passando a servir como escravas domésticas, enquanto parte dos homens foi enviada à ilha de Martín García, morrendo depois de poucos anos de reclusão.

REPRESSÃO

Atualizando tais práticas da oligarquia anti-popular e vende-Pátria, Milei defendeu uma política de feroz repressão contra os que reivindicam melhorias, assegurando que, a partir de agora, “quem bloqueia a rua, não recebe”.

Para deixar claro que quer ter essa regra repressora como lei, anunciou para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o jurista Rodolfo Barra, que no passado integrou um grupo neonazista e até participou de um ataque a uma sinagoga. O Ministério da Segurança foi entregue para a ex-candidata à presidente Patricia Bullrich, que ocupou a mesma pasta no governo de Macri, abraçando a condenação aos movimentos “por terra, teto e trabalho, contra a fome e o tarifaço”. O Ministério da Justiça ficou nas mãos de Mariano Cúneo Libarona, famoso por defender um megapresário ligado ao narcotráfico.

Quanto à ditadura que assassinou e desapareceu com 30 mil opositores, a orientação é “negacionista”, como expressa a vice-presidente, Victoria Villarruel. Entre outras barbaridades, ela propõe o fechamento do Espaço Memória e Direitos Humanos da ex-Esma (Escola Mecânica da Armada), sede do maior centro de detenção clandestina e tortura da ditadura.

CAMISA PRETA

Mas a realidade se impõe, com Zelensky, em Buenos Aires para sair na foto. Acumulando dezenas de milhares de mortes e vendo seu armamento virando nada no campo de batalha, o fantoche desejou “felicitações a Milei” e comemorou “sua contundente vitória nas eleições”.

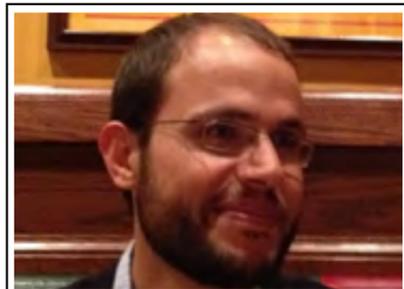
O chefe do regime de Kiev cruzou o oceano para ir à posse do fascista Javier Milei na presidência da Argentina e, pessoalmente, trazer o abraço da turma do Azov, Setor Direita e outros portatuísticas ucranianas aos hermanitos recém empoderados nos pampas.

“Aprecio sua postura clara de apoio à Ucrânia. Espero trabalhar juntos para fortalecer nossa cooperação e restaurar a ordem internacional (sic!)”.

Macri também desejou “felicitações” a Milei, frisando que “não tiraria uma única vírgula do seu discurso”. “Não posso estar mais em sintonia com as suas palavras de hoje”, garantiu, desconhecendo que seu novo aliado o havia incluído entre os responsáveis pelos “100 anos de decadência” da história argentina.

Elogiando o momento, Bolsonaro avaliou que “foi encontro de velhos amigos”. “Ele me fez algumas confidências e se são confidências não posso falar. Eu também fiz as minhas”, relatou, com as fotos dos dois sendo comparadas nas redes sociais a Debi & Lóide.

EUA veta cessar-fogo da ONU para Israel manter genocídio em Gaza



O poeta Refaat Alareer (arquivo)
Poeta de Gaza é assassinado pelas tropas da ocupação

Entre os assassinados por Israel nas últimas horas está o professor Refaat Alareer, o maior poeta palestino em Gaza. Sua poesia é uma voz ativa da causa de libertação de seu povo.

“Refaat recebeu um telefonema da inteligência israelense para localizá-lo na escola onde estava refugiado. Eles o informaram que iriam matá-lo. O poeta saiu da escola sem querer colocar outras pessoas em perigo e às 18h00 o apartamento da sua irmã foi bombardeado, onde ele, a sua irmã e os seus quatro filhos morreram”, relatou o diretor da organização de direitos humanos Euro-Mediterranean Monitor, Ramy Abdu.

O ÚLTIMO POEMA

Neste seu último poema, Refaat expressa a dor e esperança de um povo sob fogo exterminador e de inquebrantável anseio de libertação:

*Se eu devo morrer,
você deve viver
para contar a minha história
para vender minhas coisas
comprar um pedaço de pano
e algumas cordas,
(deixe-o branco com uma cauda longa)*

*para que uma criança, em algum lugar em Gaza
enquanto ela encara o céu nos olhos
esperando seu pai que partiu em chamas*

*e não se despediu de ninguém
nem mesmo de sua carne
- nem mesmo de si -
veja a pipa, minha pipa que você fez,
voando acima*

e imagine por um momento que um anjo está lá trazendo de volta o amor

Mercosul pede diálogo para resolução da controvérsia entre Venezuela e Guiana

Os membros do Mercosul manifestaram “profunda preocupação com a elevação das tensões entre a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana” em nota conjunta sobre a situação do conflito.

A nota foi uma sugestão apresentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Cúpula dos Chefes do Estado do bloco, que ocorreu no Rio de Janeiro, na quinta-feira (7).

A Venezuela reivindica o território de Essequibo, rico em petróleo, pertencente à Guiana.

Segundo a nota, a “América Latina deve ser um território de paz e, no presente caso, trabalhar com todas as ferramentas de sua longa tradição de diálogo”.

O documento é assinado pelas nações que compõem o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de países associados, como Chile, Colômbia, Equador e Peru.

Os integrantes do Mercosul alertam na nota “sobre ações unilaterais que devem ser evitadas, pois adicionam tensão, e instam ambas as partes ao diálogo e à busca de uma solução pacífica da controvérsia, a fim de evitar ações e iniciativas unilaterais que possam agravá-la”.

“A América Latina deve ser um território de paz e, no presente caso, trabalhar com todas as ferramentas de sua longa tradição de diálogo. Nesse contexto, alertam sobre ações unilaterais que devem ser evitadas,

pois adicionam tensão, e instam ambas as partes ao diálogo e à busca de uma solução pacífica da controvérsia, a fim de evitar ações e iniciativas unilaterais que possam agravá-la”, afirma a declaração.

Em seu pronunciamento na quinta-feira (7), Lula pediu apoio da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) para promover e resolver de forma pacífica a crise sobre o tema. Lula ainda convocou, na noite de quarta-feira (6), uma reunião de emergência com o chanceler Mauro Vieira e o embaixador Celso Amorim, assessor especial para assuntos internacionais, sobre a tensão entre os dois países.

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou na terça-feira (5) uma lei para Assembleia Nacional criar o Estado de Guiana Essequiba. A província surgiria da anexação do território de Essequibo, que é rico em petróleo e corresponde a 70% da Guiana.

Maduro também criou, na terça-feira (5), a Zona de Defesa Integral da Guiana Essequiba, nomeou um general como “única autoridade” da área e ordenou que a petrolífera estatal PDVSA conceda licenças para a “extração imediata” de recursos naturais na região. Para tal, criou a PDVSA-Essequibo.

O presidente da Guiana, Irfaan Ali, afirmou que o plano da Venezuela representa “uma ameaça iminente” à integridade territorial de seu país.

Leia mais no site do HP



Representante dos EUA na ONU, Robert Wood, é o único a votar contra o cessar-fogo

Jornalistas do Washington Post fazem greve contra arrocho salarial e demissões

Uma greve de 24 horas com a participação de mais de 700 jornalistas, fotógrafos e demais funcionários do jornal Washington Post, lançou o sinal de alerta na última quinta-feira (7) contra o anúncio de demissões e arrocho salarial anunciada pela direção da empresa. O protesto foi o maior já realizado no jornal desde os anos 70.

Exigindo “Contrato justo agora”, os funcionários marcharam e organizaram piquetes em frente ao prédio do jornal, em pleno frio de dezembro, em rechaço anúncio de redução de 10% do quadro de pessoal e ao reajuste de 2,25% nos salários, bem inferior aos cerca de 3,5% da inflação.

O encerramento da paralisação ocorreu nesta sexta-feira (8) ao meio-dia, horário do leste dos EUA, quando os trabalhadores ampliaram a pressão para que seja assinado um novo contrato após 18 longos meses de negociações.

Mesmo que o sindicato esteja negociando com a empresa há um ano e meio um novo contrato, ainda está longe de



Paralisação é resposta ao anúncio de redução de 10% do pessoal e reajuste abaixo da inflação

chegar a um acordo. Os salários continuam sendo um importante ponto de atrito, com os sindicalistas cobrando uma maior variação diante das perdas inflacionárias. A alegada necessidade de “cortes” também foi refutada, com os trabalhadores recordando que o proprietário do Washington Post é um dos homens mais ricos do planeta, estando longe de declarar qualquer “insol-

vência”, além do que, as demissões representaram uma sobrecarga de trabalho para aqueles que permanecerem no jornal.

Mas a diretora-executiva interina do jornal, Patty Stonesifer, insiste que se 240 pessoas não se oferecessem para a “demissão voluntária”, iria começar a ser aplicada a política do facão. Diante disso, os trabalhadores decidiram permanecer de prontidão.

Tropa de Netanyahu mata jornalista da Reuters

Uma investigação da Reuters revelou que uma tripulação de tanque israelense matou um de seus jornalistas e feriu outros seis repórteres em 13 de outubro ao disparar dois projéteis em rápida sucessão desde Israel enquanto os jornalistas transmitiam ao vivo bombardeios fronteiriços.

“As evidências que temos agora, e que publicamos hoje, mostram que uma tripulação de um tanque israelense matou nosso colega Issam Abdallah”, disse a editora-chefe da Reuters, lessandra Galloni.

A investigação foi apresentada ao público na quinta-feira (7). Além do cinegrafista morto, o ataque feriu outras seis pessoas, incluindo a repórter da agência France-Presse, Christina Assi. A Reuters condenou o assassinato e exigiu a responsabilização de Israel.

O grupo de jornalistas de várias emissoras e agências estava claramente identificado, usava coletes e capacetes azuis, a maioria com “PRESS” [imprensa] escrito em letras brancas. O assassinato ocorreu a pouco mais de um quilômetro da fronteira israelense, perto da aldeia libanesa de Alma al-Chaab.

“Condenamos a morte de Issam. Apelamos a Israel para que explique como isto pode ter acontecido e para que responsabilize os responsáveis pela sua morte e pelo ferimento de Christina Assi da AFP, dos nossos colegas Thaier Al-Sudani e Maher Nazeh, e de outros três jornalistas”, disse ela. “Issam era um jornalista brilhante e apaixonado, muito querido na Reuters.”

Apesar do tom contido da Reuters, o que se está acusando explicitamente é a perpetração, por Israel de um crime de guerra, já que os jornalistas estão protegidos pelo direito humanitário internacional.

“Inexplicável e inaceitável”, se pronunciou a AFP, apontando que as evidências reunidas pela Reuters confirmaram



Issam Abdallah assassinado com projétil de tanque

sua própria análise do incidente.

“É absolutamente essencial que Israel forneça uma explicação clara para o que aconteceu. O ataque a um grupo de jornalistas que foram claramente identificados como meios de comunicação é inexplicável e inaceitável”, disse o diretor de notícias globais da AFP, Phil Chetwynd.

O gerente de comunicações internacionais da Al Jazeera, Itisham Hibatullah, disse: “A investigação da Reuters sobre o ataque de 13 de outubro ressalta o padrão alarmante de Israel de atacar deliberadamente jornalistas na tentativa de silenciar o mensageiro”.

Os projéteis atingiram os jornalistas com 37 segundos de intervalo, segundo a investigação. O ataque foi o primeiro de dois ataques mortais no espaço de seis semanas contra repórteres no Líbano que cobriam confrontos entre militares israelenses e militantes do Hezbollah ao longo da fronteira, após o ataque de 7 de outubro a Israel pelo Hamas.

Dois jornalistas da emissora libanesa Al Mayadeen foram mortos num ataque em 21 de novembro enquanto filmavam perto

O veto de Washington mantém EUA como cúmplice da criminosa punição coletiva - típica dos nazistas - contra os palestinos, perpetrada pelo regime de Netanyahu para manter a ocupação

Resolução por um cessar-fogo imediato para deter o genocídio e a limpeza étnica em curso em Gaza, solicitado extraordinariamente pelo secretário-geral Guterres sob o artigo 99 da Carta da ONU, diante da catástrofe humanitária em curso no enclave e ameaça da guerra se espalhar pela região, que foi apresentada pelos Emirados Árabes e copatrocinada por 97 países, incluindo o Brasil, foi crimosamente vetada pelos EUA na noite de sexta-feira (8), como “desequilibrada e divorciada da realidade”.

No Conselho de Segurança da ONU, 13 países votaram a favor do cessar-fogo; o Reino Unido se absteve. Só EUA votou isolado contra.

Em suma, os EUA de novo deu sinal verde ao regime Netanyahu/Gvir/Smotrich para prosseguir com o genocídio e a limpeza étnica em Gaza, o que tornou Biden conhecido em seu próprio país como “Genocídio Joe”, com jovens nas ruas repetindo o refrão do tempo da guerra do Vietnã: “hei hei, how many kids did you kill today?” [hei, hei, quantas crianças você matou hoje?]

Guterres, após dramáticos pronunciamentos dos organismos da ONU que atuam em Gaza, advertira o Conselho de Segurança da ONU de que a situação é catastrófica e quase irreversível, acrescentando: “Não podemos esperar”. Foi a primeira vez em décadas que o artigo 99 foi invocado.

O veto dos EUA vem manter a punição coletiva nazista contra os palestinos, perpetrada pelo regime mais extremista que Israel já teve, que já entra pelo terceiro mês, com a população palestina sem água e comida, sem combustível e sem eletricidade. E forçada pelas bombas e tanques israelenses a deixar seus lares – já são 1,8 milhão de palestinos transformados em desabrigados – e 70% das casas destruídas.

18 mil civis palestinos foram assassinados pelas tropas coloniais israelenses – sendo mais de 7 mil crianças e mais de 6 mil mulheres –, e quase 8 mil seguem desaparecidos provavelmente sob os escombros. Os feridos passam de 46 mil e os hospitais – os poucos ainda permitidos de operar – estão à beira do colapso e sem remédios.

O Programa Mundial de Alimentos alertou que há “um sério risco de fome e fome” e crises de sarna e piolho começam a dar sinais de epidemia.

Já são 130 os funcionários da ONU assassinados ao prestarem assistência à população palestina. Nem médicos e paramédicos, nem jornalistas, escapam da carnificina.

Um genocídio brutal e covarde transmitido ao vivo, por celular, para o mundo inteiro com o indizível sofrimento das crianças palestinas sob tamanha brutalidade e covardia.

COLAPSO IMINENTE

As agências da ONU repetidamente clamaram ao longo da semana que simplesmente estava entrando em colapso a capacidade de prestar ajuda humanitária, enquanto o regime de Netanyahu ordenava que os quase dois milhões de civis expulsos de suas casas se amontoem em uma área de 6,5 quilômetros quadrados de terreno arenoso e inóspito, uma insanidade.

Os palestinos foram obrigados a deixar suas casas ao norte da Faixa de Gaza sob bombardeio e ameaças. Depois que centenas de milhares rumaram ao sul, começaram a bombardear intensamente regiões ao sul, a exemplo de Khan Yunes, forçando um segundo deslocamento e deixando a Faixa de Gaza “sem nenhum lugar seguro” para onde os palestinos pudessem escapar da sanha assassina de Netanyahu, como observa a colunista Amira Hass, do jornal israelense Haaretz.

O que a resolução dos Emirados, apoiada por qua-

se 100 países e pelo próprio secretário-geral fazia era registrar a “preocupação grave com a situação humanitária catastrófica na Faixa de Gaza” e com o “sofrimento da população civil palestina”, pedindo “cessar-fogo humanitário imediato”, bem como a “libertação imediata e incondicional de todos os reféns.”

A TERRA ARRASADA

“Mais uma vez a diplomacia americana está deixando terra arrasada e destruição em seu rastro”, disse o enviado russo à ONU, Dmitry Polyanskiy. “Colegas, como é que vão explicar aos seus próprios cidadãos... se mais uma vez vocês bloqueiam a exigência de um cessar-fogo imediato?”

O embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour, indignou-se com o veto ao cessar-fogo. “Como isso pode ser justificado?”, ele questionou, acrescentando que “em vez de permitir que este conselho mantenha seu mandato, finalmente fazendo um apelo claro após dois meses de massacres de que as atrocidades devem acabar, os criminosos de guerra têm mais tempo para perpetuá-las”.

“A França está muito preocupada com a tragédia humanitária que está ocorrendo em Gaza”, disse o embaixador francês, Nicolas de Riviere. “E foi por essa razão que a França votou a favor desta resolução. E é por essa razão que imploramos por uma nova, imediata e duradoura trégua humanitária que deve levar a um cessar-fogo sustentável.” Ele acrescentou que Paris não vê “qualquer contradição na luta contra o terrorismo e na proteção de civis no estrito respeito pelo Direito Internacional Humanitário”.

Ao apresentar o projeto de resolução por um cessar-fogo em Gaza, o enviado dos Emirados Árabes Unidos à ONU, Mohamed Abushahab, disse que a proposta ecoava “o pedido de cessar-fogo humanitário feito por líderes mundiais, organizações humanitárias e, mais recentemente, pelo secretário-geral da ONU”. “É breve, é simples. É fundamental”, disse.

Em sua defesa do cessar-fogo no Conselho de Segurança, o enviado palestino, Riyad sublinhou que “se você é contra a destruição e o deslocamento do povo palestino, você tem que ser a favor de um cessar-fogo imediato”.

“Devemos fingir que não sabemos que o objetivo [de Israel] é a limpeza étnica da Faixa de Gaza, a expropriação e o deslocamento forçado do povo palestino quando tantos representantes israelenses não poderiam se abster de admiti-lo?”, questionou.

“Chega. Eles estão brincando e estão levando para passear, e você precisa acordar e ver a realidade que está”, acrescentou Mansour.

“Tudo o que construímos como humanidade após a Segunda Guerra Mundial foi para evitar esses horrores”, disse ele. “Agora, eles estão ocorrendo em Gaza contra o povo palestino.”

Em seu pronunciamento ao Conselho, pela adoção do cessar-fogo, o secretário-geral Guterres disse que “o povo de Gaza está olhando para o abismo”.

A comunidade internacional – ele continuou – tem de fazer “tudo o que estiver ao seu alcance para pôr termo ao seu calvário”.

Exorto o Conselho a não poupar esforços para pressionar por um cessar-fogo humanitário imediato para a proteção dos civis e para a entrega urgente de ajuda que salva vidas.

Antes, Guterres observara que “a brutalidade perpetrada pelo Hamas nunca pode justificar a punição coletiva do povo palestino”.

E concluiu: “os olhos do mundo e os olhos da história estão atentos. É hora de agir.”

Sem unidade sindical, projeto de “Reconstrução Nacional” é fantasia

Contribuição ao Seminário “A Reconstrução Nacional e os Sindicatos” promovido pelo Instituto Cláudio Campos, em parceria com a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), que foi apresentada na abertura do evento, dia 5 de dezembro, pelo redator especial da Hora

do Povo, Carlos Pereira.

O texto, uma versão resumida para o encontro, é de autoria de Carlos Pereira, economista, membro do Comitê Central do PCdoB e ex-secretário Geral da CGTB, em parceria com o doutor em economia, Nilson Araújo, presidente do Sindicato dos Escritores.



Foto: Roosevelt Cássio



uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida”.

CORAÇÕES E MENTES

24) O presidente Lula, tão logo tomou posse, reuniu no Planalto centenas de dirigentes sindicais para discutir a retomada dos direitos trabalhistas e do fortalecimento da negociação coletiva. Mas, instalada a Comissão Tripartite, a prioridade acabou se desviando, de forma impensada, para questões organizativas como a instituição de um conselho regulatório (todo-poderoso) do movimento sindical. A proposta de criação do Conselho Nacional de Autorregulação está mais próxima do sindicalismo europeu e estadunidense, a saber, o pluralismo sindical. Se aprovado (o que não é provável), vai obstaculizar o apoio e a participação dos trabalhadores no Plano de Reconstrução Nacional.

25) O sistema de confederações e federações, que congrega milhares de sindicatos, é contra o Conselho. Segundo o Presidente da Nova Central, o Conselho vai implodir o movimento sindical. Isso porque é uma janela escancarada para o fim da unicidade sindical e do sistema confederativo. O Conselho representaria um retrocesso na organização sindical. É inevitável o estabelecimento de acordos entre grupos partidários e patronais e a formação de “cartéis” pelo controle do Conselho e que essa disputa desça para os sindicatos. O órgão assumiria incumbências que hoje são do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, e, ainda mais descabidas, como a dissolução de federações, mediação de conflito, aferição de representatividade sindical etc.

26) Por muito menos, no primeiro governo Lula, foram realizadas manifestações com milhares de sindicalistas em frente ao Palácio do Planalto na defesa do sistema confederativo. O correto é ter as mãos livres para construir a unidade do nosso povo, a nossa independência econômica e nossa soberania nacional, usar o Estado como alavanca do desenvolvimento, reconstruir, impulsionar e desenvolver nossa indústria a partir do fortalecimento do mercado interno, alavancado pelo poder de compra do salário e reforçado por fortes investimentos em ciência, tecnologia e inovação, pelo financiamento e o investimento públicos, pelas compras governamentais, os subsídios e incentivos fiscais, integrando um novo projeto nacional de desenvolvimento, sob coordenação do Estado nacional.

27) Agora, é ter foco: concentrar esforços na mobilização e no apoio ao presidente Lula para que os recursos da nação sejam potencializados no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida do povo e não esterilizados nos bolsos dos parasitas especuladores e assaltantes de nossas riquezas e do Tesouro Nacional. É decisivo contar com o movimento sindical para chegar ao conjunto dos trabalhadores. Ajudamos mais o governo Lula se, em lugar de tecer loas ao seu desempenho, mobilizarmos as massas trabalhadoras para a conquista de um programa com essas características. O próprio Lula, depois de declarar que precisa fazer mais nesse governo do que fez nos governos anteriores, conclamou o povo a se mobilizar para garantir isso. Arrematou: “precisamos ir para a rua, precisamos orientar o governo. Isso não é nenhum demérito, vai me ajudar”.

O Projeto de Reconstrução Nacional e a Unidade dos Trabalhadores

CARLOS ALBERTO PEREIRA /
NILSON ARAÚJO DE SOUZA

1) Os desgovernos de Temer e Bolsonaro patrocinaram a mais violenta retirada de direitos dos trabalhadores por meio das antirreformas trabalhista e previdenciária. A trabalhista visou emascular totalmente a CLT, que, desde 1943, garantia um conjunto de direitos básicos aos trabalhadores. Temer sufocou financeiramente a estrutura sindical brasileira, ao acabar com o desconto de um dia de trabalho dos salários de todos os trabalhadores.

2) Em consequência, caiu violentamente, em 96%, a arrecadação das entidades. Para agravar a situação, Bolsonaro desmontou a rede de proteção aos direitos trabalhistas – Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça Trabalhista. A outra antirreforma, a da Previdência, acabou na prática com a aposentadoria do trabalhador, pois muitos só conseguem cumprir os incumpríveis requisitos na hora da morte, ou mesmo depois.

DRENAR RECURSOS

3) O objetivo dessas antirreformas era criar condições para aumentar a superexploração já elevada do trabalhador brasileiro – ou seja, ganhar menos do que seria necessário para garantir sua sobrevivência e a de sua família. Essa é a forma, numa economia dependente como a brasileira, de aumentar a escorcha dos trabalhadores a fim de reforçar a parcela do excedente econômico drenada para o exterior para remunerar o capital financeiro dos países centrais, quer sob a forma de transnacionais que aqui se instalam, quer sob a forma de empréstimos bancários. E faz isso por meio da recessão de lucros e de juros e do intercâmbio desigual. É o que Leonel Brizola chamava de perdas internacionais.

4) O desgoverno Bolsonaro, que se caracterizou por ser um governo de destruição nacional – e seguindo o que Temer havia iniciado -, atacou fortemente os trabalhadores através do desmonte da estrutura sindical e da rede de proteção aos direitos trabalhistas. Em consequência, sem a proteção do trabalho que garantia a CLT e com seus sindicatos paralisados pela eliminação do seu custeio e, além disso, sem condição de recorrer à justiça do trabalho, o trabalhador tem sofrido uma deterioração cada vez maior das suas condições de vida. É esse o legado macabro de um governo que não tinha o mínimo respeito, empatia, pela vida humana, conforme ficou evidenciado no comportamento do ex-presidente diante da pandemia da Covid-19.

5) Assim, o governo fascista de Bolsonaro, para completar a “obra” de Temer, centrou fogo de suas antirreformas no enfraquecimento dos sindicatos: a arrecadação das entidades sindicais, instrumento de defesa dos trabalhadores, foi reduzida a quase a zero. O acordo individual passou a ter mais peso que o acordo coletivo; o negociado passou a valer sobre o legislado; pedir dissídio, no caso de impasse nas negociações, só por consenso, ou seja, nunca; o patrão está desobrigado a fazer a homologação no sindicato do trabalhador demi-

tido; acabou com a ultratividade, validade do acordo anterior até que se chegue a um novo acordo.

6) Além dessas medidas “estratégicas”, Bolsonaro reinventou a jornada de 12 horas; o almoço de meia hora; o “direito” da mulher grávida trabalhar em local insalubre, desde que com autorização do médico da empresa; o trabalho intermitente, no qual o trabalhador ganha só pelas horas efetivamente trabalhadas, embora tenha ficado à disposição do patrão; a terceirização indiscriminada; para citar algumas barbaridades.

7) O enfraquecimento da estrutura sindical, da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho pretendia trazer a informalidade das ruas para dentro das empresas. Em palavras mais cruas, a disseminação do trabalho análogo ao escravo. Em síntese: desmantelar até as raízes o legado trabalhista e nacional-desenvolvimentista deixado pela Revolução de 1930.

8) Numa economia dependente, os trabalhadores têm que enfrentar principalmente o Estado submetido ao imperialismo e a serviço da superexploração imposta pelos trustes e cartéis imperialistas. Já numa economia independente, os trabalhadores podem contar com o Estado como importante aliado. Assim foi o nacional desenvolvimentismo com Getúlio. Sustentou-se na aliança Estado, burguesia nacional e trabalhadores.

ESTADO

9) Isso significará, necessariamente, um Estado forte, democrático, com ampla participação dos trabalhadores, que defenda a economia do rentismo e da espoliação externa, proteja a empresa nacional da concorrência externa desleal e garanta o controle estatal dos setores monopolistas. Um Estado que rompa com as relações de produção dependentes e libere o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. É impossível, portanto, compatibilizar o aumento da espoliação imperialista e a melhoria sustentada das condições de vida dos trabalhadores. Esta só será possível numa economia independente. A questão nacional é, assim, no Brasil, uma dimensão fundamental da questão social.

ELO DE LIGAÇÃO

10) As ideias do nacional-desenvolvimentismo foram “espalhadas”, no sentido de divulgadas amplamente, pelo movimento sindical brasileiro para as grandes massas, em especial para a jovem classe operária em formação, fonte inesgotável de sustentação e de energia. Getúlio entendia profundamente este fenômeno, seu significado para o sucesso do seu projeto para o Brasil e o tratava com prioridade. Veja as comemorações dos primeiros de maio no Estádio de São Januário, que reunia dezenas de milhares de trabalhadores e onde eram feitos os principais comunicados e as principais denúncias do imperialismo e das oligarquias reacionárias.

11) A estrutura sindical brasileira, única no mundo, é filha

primogênita da Revolução de 30, criada pelo Estado brasileiro, como ato revolucionário. Nasceu como parte da CLT e irmã gêmea da Justiça do Trabalho. A criação do Ministério do Trabalho foi o 1º ato de Getúlio como presidente. Também uma jaticaba brasileira. Desta forma, Getúlio entregava instrumentos eficientes para mobilização e organização dos trabalhadores. Assim consolidou-se o sindicato brasileiro, estimulado pela onda da revolução soviética, – a comissão que discutiu a CLT era formada por juristas de tendência filosófica confessionalmente de esquerda como Joaquim Pimenta, comunista, Evaristo de Moraes, fundador do PSB e o socialista baiano Agripino Nazareth, esclarece Magda Barros Biavaschi em “O Direito do Trabalho no Brasil:1930-1942”.

UNIDADE

12) No Brasil, os sindicatos, federações e confederações são instituições paraestatais, autônomas e não ONG’s ou clubes recreativos, resultado organizatório de um movimento qualquer. Neste sentido, têm muito mais espaço e, portanto, força. Representam toda a categoria. O acordo e as conquistas valem para toda a categoria, com peso de lei. Além disso, a unidade foi assumida na estrutura sindical como princípio e não como conquista.

13) Se a representação é de toda a categoria, se o acordo é para toda a categoria, ou seja, se o sistema é confederativo e de unicidade sindical, o sistema de custeio do sindicato e das campanhas salariais é de responsabilidade de toda a categoria. Enquanto não prevalecer ao menos uma inicial consciência de classe, enquanto prevalecer a influência do individualismo pequeno-burguês, haverá resistência ao desconto da contribuição sindical.

14) É sobre esse atraso que a superestrutura de propaganda pró-imperialista age no sentido de dividir os trabalhadores, ou seja, jogar a categoria contra suas lideranças. Por isso mesmo, é fundamental a luta ideológica na massa. Bem travada, com argumentos e denúncias, torna-se uma substancial alavanca no desenvolvimento da consciência coletiva. Fugir dessa discussão, fingir-se de morto e, o que é pior, aderir, é jogar água no moinho da ideologia colonizada, o neoliberalismo, que, mesmo sem nenhum cuidado especial, cresce como mato, ou melhor, como erva daninha, de forma espontânea e por todo canto.

15) Os sistemas de unicidade sindical e confederativo são imensamente mais democráticos, mais autônomos e mais representativos do que o seu contrário, o pluralismo sindical. Na unicidade, as várias correntes convivem entre si e o conjunto aprende pela prática qual e quem serve mais à luta. No pluralismo, quem discorda se exclui ou é excluído. É o regime da intolerância e, portanto, anti-operário. Na unicidade e no sistema confederativo, a unidade está

acima das divergências ideológicas. No pluralismo, o que une é a plataforma partidária, ideológica ou os interesses de um grupo.

O CGT

16) O pluralismo está muito mais sujeito à influência do patrão e dos mais poderosos, e vai contra a natureza proletária. O pluralismo serve a acordos paralelos e à formação de aristocracias operárias, sustentadas pelas transnacionais e a serviço delas. A unicidade desenvolve o instinto de classe; o pluralismo fortalece o individualismo, a mesquinha e, em última instância, a traição à classe.

17) O Brasil viveu a experiência do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) com sustentação nas confederações, em especial na CNTI. O vértice da pirâmide sindical unitária estimulou a unidade da classe na base. Fortaleceu a unicidade sindical, deu sustentação ao governo de João Goulart, enfrentou as transnacionais e esteve à frente da resistência ao golpe.

18) Apesar de amplamente minoritário na CONCLAT, conforme informa Nivaldo Santana em “100 anos dos comunistas no movimento sindical”, o sindicalismo vinculado a Anamos, organização ligada ao sindicalismo estadunidense e europeu, passou a fazer marketing para importar o pluralismo. Esta, então, passou a ser uma ideia difundida com força no Brasil, movimento que se fortaleceu com a queda do socialismo soviético, bem completado por uma cruzada anticomunista. De certa forma, essa definição passou a ser a questão básica, discutida e derrotada na fundação de quase todas as centrais sindicais brasileiras, umas assumidas com mais profundidade, outras nem tanto. O fato é que a estrutura sindical getulista resistiu à ditadura, ao assédio imperialista e ao oportunismo anti-sindical.

RECUPERAÇÃO

19) Desde o começo da década de 1980, amargamos quatro décadas de estagnação econômica, em decorrência, sobretudo, do aumento da dependência econômica e da consequente sangria externa – que desvia para o exterior recursos que poderiam ser investidos internamente – e à redução do poder de compra do salário, agravados pela “abertura da economia”, que redunda num verdadeiro subsídio ao importacionismo. Em 1980, o PIB brasileiro era maior do que o da China – medido pelo FMI, em termos de paridade de poder de compra, era de US\$ 571 bilhões contra US\$ 303 bilhões. Hoje, o PIB chinês é oito vezes maior do que o do Brasil. Isso porque, enquanto a economia da China disparou a partir de 1980, a do Brasil estagnou.

20) Agora, depois de tantos anos de estagnação econômica, desindustrialização, sucateamento da nossa indústria, desemprego, miséria e fome, é mais do que

chegada a hora de implementar a reconstrução nacional e assentar as bases para a retomada do desenvolvimento, tendo como eixo a reindustrialização em novas bases tecnológicas e resgatando o papel do trabalho como centro do desenvolvimento.

21) Para isso, urge enterrar de vez as antirreformas trabalhista e previdenciária, devolvendo aos trabalhadores a proteção ao trabalho e o poder de mobilização por meio do fortalecimento do sindicato (Lula declarou em reunião com os sindicalistas que não existe democracia sem sindicatos fortes) através da recuperação do custeio e o direito de aposentadoria, garantindo ao mesmo tempo uma política mais arrojada de recuperação do poder de compra do salário mínimo. Isso não necessariamente significa que, de imediato, se alcance o salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE com base no preceito constitucional, que estabelece uma cesta de bens para o sustento de uma família trabalhadora com quatro pessoas, que valia R\$ 6.578,41 em junho deste ano contra o salário oficial de R\$ 1.320,00, ou seja, cinco vezes menos. Mas uma política de recuperação salarial digna desse nome não pode perder de vista esse horizonte.

22) Com essas medidas, além de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, se fortalece o mercado interno, elemento fundamental, imprescindível até, para a retomada sustentada do desenvolvimento. Para atender à demanda que assim estaria em crescimento, é também imprescindível aumentar fortemente a capacidade produtiva da economia. Para tanto, os investimentos devem ser alavancados pelo investimento público, como têm feito todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento, como são exemplos os EUA, China e Coreia.

23) A realização do investimento público e também do privado depende, no entanto, de duas decisões fundamentais: 1) baixar a taxa de juros para patamares civilizados (não há explicação alguma para o Brasil praticar a maior taxa básica real do mundo, a não ser uma elite colonizada e servil ao capital especulativo e estrangeiro que está encrustada no aparelho do estado) e assim começar a transferir para a esfera produtiva a imensa massa de recursos que alimenta os rentistas, que é o setor mais perverso das classes dominantes, porque só usufrui, por meio do Tesouro, da riqueza gerada na esfera produtiva, sem nada produzir; 2) alterar o novo marco fiscal para abrir mais espaço para os investimentos, que estão sendo sacrificados por suas normas draconianas. O presidente Lula já deu o sinal de alerta: “nós dificilmente chegaremos à meta [déficit zero em 2024], até porque eu não quero fazer corte em investimentos e obras”. E mais: “Muitas vezes o mercado [leia-se rentistas] é ganancioso demais e fica cobrando